

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA**1. ATA DE REUNIÃO: 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAPE**

Data: 17 e 18 de junho de 2025

Início: 09h00

Local: Sala de Reunião – 3 Andar – Setor de Indústrias Gráficas

Término: 19h00

Relatora: Adriana Vilela Toledo - Secretária-Executiva do CONAPE

A. Abertura da Reunião

André Carlos Alves de Paula Filho - Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

B. Informes Sobre a Metodologia da Reunião

1. Aprovação da Ata 43ª Reunião Ordinária / 3ª Reunião Extraordinária;
2. Devolutiva sobre as deliberações da reunião anterior - Adriana Vilela Toledo – Secretária-Executiva do CONAPE.

C. Ordem do Dia**17.06.2025**

1. Lançamento do Boletim do Registro Geral do Pescador e Pescadora – (Elielma Borcem – Secretária Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa - Substituta);
2. Informes Sobre as Ações da SERMOP – Elielma Borcem – (Secretária Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa - Substituta, Catarina Cardoso – Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa);
3. Plano de Gestão da Corvina – Sandra Silvestre (Diretora da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva) - Gilberto Sales (Diretor do Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros) e Roberto Ribas Gallucci (Coordenador-Geral do Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros);
4. Acordos Internacionais – Chile e China e COP30 - Diógenes Lemainski – (Chefe de Assessoria Especial Internacional – Substituto);
5. Inclusão da Sardinha na Cesta Básica - Agnaldo Hilton dos Santos (Membro do CONAPE – PESCA BR) - José Luis Vargas – (Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva) - Adriana Papaleo (Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos).

18.06.2025

1. Devolutiva da Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção - Sandra Silvestre (Diretora da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva);
2. Apresentação da Portaria Interministerial da Gestão Compartilhada – Carina Pimenta (Secretária Nacional de Biodiversidade – MMA), Gilberto Sales - (Diretor do Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros), Roberto Gallucci - (Coordenador-Geral do Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros);
3. Apresentação das Ações do Comitê de Conformidade da Pesca Nacional - José Luiz Vargas (Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva) - Agnaldo Hilton dos Santos (Presidente do Comitê de Conformidade do pescado nacional – CONAPE – PESCA BR);

4. Apresentação das Ações do Comitê de Competitividade da Tilapicultura – Francisco Medeiros (Presidente do Comitê de Competitividade da Tilapicultura – Membro do CONAPE – PEIXE BR);
5. Apresentação das Ações do Comitê da Carcinicultura – Luciene Mignane – (Diretora da Secretaria Nacional de Aquicultura);
6. Lançamento do Comitê da Pesca Amadora e Esportiva – Sandra Silvestre – (Diretora da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva);
7. Apresentação das Ações do GT para realização da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca - Dárlcio Inácio - Coordenador do GT – Membro do CONAPE – SBfic);
8. Apresentação das Ações do CONAPE na Comissão Nacional de Bioeconomia – Carlos Eduardo (Membro do CONAPE – CONEPE) - Dárlcio Inácio (Membro do CONAPE – SBfic);
9. Apresentação das Ações do CONAPE no Grupo de Trabalho Conama - Revisão da Resolução 413/2009 - Marilsa Patrício (Membro do CONAPE – Peixe SP) - Felipe Weber (Membro do CONAPE – Abla);
10. Apresentação das Ações do CONAPE no Fórum Interconselhos – Ajax Tavares (Membro do CONAPE – Confapesca) - Elizeu de Brito (Membro do CONAPE – Faep Br).

D. Lista de Presentes:

Representantes Governamentais - Titulares:

1. Elvânia Batista Guimarães Andrade - Ministério da Agricultura Familiar;
2. Sérgio Roberto Knorr Velho - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
3. Gilberto Salles - Ministério do Meio Ambiente
4. Rosana Aparecida Valle - Ministério do Trabalho e Emprego;

Representantes Governamentais – Suplentes:

1. Carolina Amorim da Silva Bittencourt - Ministério da Pesca e Aquicultura;
2. Antônio Socorro Pena da gama – Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República;
3. Iran Pereira Veiga Junior – Casa Civil da Presidência da República;
4. Rita Alves Sila - Ministério de Minas e Energia;
5. Roberto Ribas Gallucci - Ministério do Meio Ambiente;
6. Joarez Moreira Filho - Ministério do Turismo;
7. Paulo Humberto de Lima Araujo - Ministério da Agricultura e Pecuária;
8. Walter Marinho de Carvalho Sobrinho - Ministério da Defesa;

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Titulares:

1. Carlos Sérgio Marques Leite Júnior - ANEPE;
2. Ajax Santos Tavares – Confapesca;
3. Reginaldo Portari - CBPE;
4. Juscelino Miguel dos Anjos – CBPA;
5. Clóvis Amorim da Silva – Confespa;
6. José Henrique Pereira – Contmaf;
7. Elizeu Augusto de Brito - Faep/BR;
8. Fernando Bosisio – Instituto Peroá;
9. Leticia Canton – Oceana Brasil;
10. Josana Pinto – MPP;
11. Rochelle Cruz – CedePesca;
12. Lucimara Henrique – CNPA;

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Suplentes:

1. Rita de Cássia da Silva Costa – ANP;
2. Maria José da Silva Santos – CNPA
3. Maxuel José Monteiro da Costa – Conttmaf
4. Miriam Bozzeto – Oceana Brasil
5. Maria José Honorato Pacheco – CPP;
6. Roberta Roxilene dos Santos – IABS;
7. Andre Luiz do Espírito Santo – Confapesca;
8. Marcio Henrique Américo - Instituto Peroá.

Representantes da Área Empresarial – Titulares:

1. Lais Belsito Pestana – Abipesca;
2. Ricardo Dias dos Santos – Abla;
3. Francisco das Chagas de Medeiros – Peixe Br;
4. Agnaldo Hilton dos Santos – Pesca Br;
5. Dalmo Mucio Silva – ABA;
6. Carlos Eduardo Olyntho de Arruda Villaça - Conepe;
7. Francisco Hidalgo Farina – CNA.

Representantes da Área Empresarial - Suplentes:

1. Enox de Paiva Maia – ABCC;
2. Felipe Weber Mendonça Santos – Abla;
3. Alexandre Guerra Espogeirol – Conepe;
4. Carlos Alberto Pereira de Albuquerque - Sindirações.

Representantes da Área Acadêmica e da Pesquisa – Titulares:

1. Marco Aurelio Bailon - AOCEANO;
2. Dárlío Inacio Alves Teixeira – SBfic;
3. Ronaldo oliveira Cavalli – Aquabio.

Convidados Permanentes:

1. Fernanda Gomes de Paula - Secretaria Nacional de Aquicultura;
2. Cristiano Ramalho - Secretário Nacional de Pesca Artesanal;
3. Expedito Netto – Secretário Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva;
4. Roberto Xavier – SFPA – MG;
5. Jean Ricardo – SFPA – SC;
6. Giuvania Maria Soares Lopes - SFPA – MT.

Convidados:

1. Horácio R. S. Rodrigues – Secretaria-Executiva MPA;
2. Elielma Ribeiro Borcem - Secretaria Nacional de Registro e Monitoramento e Pesquisa – Substituta.
3. Gabriel C. Neves – SNPA – MPA;
4. Leonardo Pinheiro – SNPA – MPA;
5. Carina Pimenta – SBC – MMA;
6. José Luís R. Vargas – DIP – SNPI – MPA;
7. Sandra Silvestre – SNPI – MPA;
8. Sabrina de Oliveira – Secretaria-Executiva do MPA;
9. Alberto Furtado – SNA – MPA;
10. Luciene Mignane – SNA – MPA;
11. Sandra Silvestre – SNPI – MPA;
12. Ynês Alves de Araújo - Sermop – MPA;
13. George Cardoso – Ouvidoria – MPA;

14. Gian Francisco Schork – Ouvidoria – MPA;
15. Marcio de Aquino Terra – AECI – MPA;
16. Catarina Melo – SERMOP – MPA;
17. Germano Batista – Representante - Casa Civil da Presidência da República;
18. Juliana Arnaud – Secretária-Executiva MPA;
19. Diógenes Lemanski – AI – MPA;
20. Adriana Papaleo – ASPAR – MPA;
21. Aniella Banat – ABIPECA;
22. Aline dos Anjos Santos – Representante - SFPA – BA;
23. Thamynny Santos da Silva – Representante - Ministério das Mulheres;
24. Ricardo Henrique Padilha de Castro - Representante – MDIC;
25. Nathalia Ribeiro Bignotto - Secretária-Executiva MPA;
26. Sergio Pinho – Representante - Assessor da ABCC;
27. Gabriela Ferreira – AI – MPA;
28. Magdiel de Sousa – AECI – MPA;
29. Antônio Siqueira – SNPI – MPA;

1. MESA DE ABERTURA

1.1. No dia dezessete de junho de dois mil e vinte cinco, na Sala de Reuniões - Andar 3º, Setor de Indústrias Gráficas, estavam presentes convidados e observadores, presencialmente e virtualmente, conforme lista de presença anexo ao processo. O **Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura Rivetla Édipo**, deu as boas-vindas a todos os presentes, agradeceu a participação nas discussões relevantes para o Ministério e, em seguida, convidou o Ministro da Pesca e Aquicultura, **André de Paula** para acolhimento da 44ª Reunião Ordinária do CONAPE.

1.2. Com a palavra, o **Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula**, iniciou a 44ª Reunião do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE) saudando todos os presentes e expressando sua honra em conduzir o encontro. Destacou a importância da referida reunião e registrou a presença de grande parte da equipe do Ministério, incluindo o Secretário de Pesca Artesanal, senhor Cristiano Ramalho, a Secretária Nacional de Aquicultura, senhora Fernanda Gomes de Paula, além das demais equipes do Ministério. Ressaltou a relevância de se realizar uma reunião produtiva, com o devido cumprimento da pauta previamente definida. Por fim, reforçou sua convicção de que os trabalhos realizados no âmbito do CONAPE são fundamentais para promover a sintonia entre as prioridades e expectativas do setor pesqueiro e a atuação da equipe ministerial.

2. LANÇAMENTO DO BOLETIM DO REGISTRO GERAL DO PESCADOR E PESCADORA PROFISSIONAL

2.1. Com a palavra, a **Secretária-Executiva do CONAPE, Adriana Toledo**, declarou o início do lançamento oficial do Boletim Geral do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) 2024, uma realização do Ministério da Pesca e Aquicultura. Na sequência, passou a palavra **Elielma Borcem** Secretária Nacional de Registro e Monitoramento da Pesca e Aquicultura – Substituta.

2.2. Com a palavra **Elielma Borcem (SERMOP)** iniciou sua fala afirmando ser uma honra participar do lançamento de uma entrega tão relevante ao público do setor pesqueiro. Ressaltou que o RGP é o elo inicial da cadeia produtiva do pescado e destacou os grandes desafios enfrentados na condução desse cadastro, mencionando, em especial, a suspensão do registro de pescadores e pescadoras ocorrida em 2015. Enfatizou que o RGP é o documento que garante o exercício regular da atividade pesqueira e o acesso dos trabalhadores da pesca às políticas públicas voltadas ao setor. Informou que, nesta gestão, foi possível retomar e concluir o processo de atualização desse importante banco de dados. Pontuou que o último boletim do RGP havia sido publicado em 2012, sendo, segundo suas palavras, o único até então voltado à parte cadastral, e que se limitava à divulgação do quantitativo de pescadores licenciados. Após treze anos de ausência de dados atualizados, a diretora destacou, com entusiasmo, a retomada desse processo e a alegria de apresentar à sociedade um diagnóstico completo que permite identificar quem são, onde estão e como atuam os profissionais da pesca no Brasil. **Elielma Borcem** destacou que o boletim traz a caracterização socioeconômica do público atendido pelo RGP, permitindo uma

compreensão mais aprofundada do perfil dos trabalhadores da pesca no país. Tais informações, segundo a diretora, permitirão à Secretaria de Pesca Artesanal desenvolver e implementar políticas públicas mais assertivas e adequadas à realidade do setor. Mencionou, ainda, que os ajustes realizados no RGP foram discutidos no âmbito do GT-RGP – Pescador e Pescadora Profissional. Por fim, informou que o boletim será disponibilizado exclusivamente em formato digital, por meio dos canais oficiais de comunicação do MPA, e que a previsão é de que sua publicação ocorra anualmente, sempre no mês de junho. Após a finalização de sua fala, foi apresentado a todos os presentes um vídeo que destaca a importância do Boletim Estatístico da Pesca. Para encerrar o lançamento, a secretária-executiva Adriana Toledo passou a palavra ao Ministro, André de Paula.

2.3. O Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, manifestou seu reconhecimento à equipe responsável pela elaboração do boletim, parabenizando todos os profissionais que se dedicaram intensamente à sua produção. O Ministro mencionou que 49% das pessoas registradas no RGP são mulheres, evidenciando a expressiva presença feminina no setor; que 99,7% atuam como pescadores e pescadoras artesanais; e que 92% vivem exclusivamente da pesca. Destacou também que 76% dos registrados se declaram pardos, 84% possuem renda mensal inferior a R\$ 1.045, e que 87,7% têm o peixe como principal alvo da atividade pesqueira. Informou, ainda, que mais de 1.100.000 pescadores e pescadoras tiveram acesso ao seguro-defeso em 2024. Segundo o Ministro, esses dados oferecem clareza e consistência às ações do Ministério e iluminam aspectos essenciais do setor, permitindo uma atuação mais alinhada com a realidade dos trabalhadores da pesca. Concluiu sua fala reiterando a importância do compromisso assumido no início da gestão e a alegria em ver essa iniciativa concretizada. **2.4.** Houve uma breve intervenção do membro suplente **Maxuel José Monteiro da Costa (Conttmaf)** que expressou insatisfação quanto à ausência de avanços relacionados ao RGP no que se refere à pesca industrial. Relatou que, apesar de estar constantemente em Brasília e manter contato frequente com colegas do Ministério, já protocolou pedidos formais solicitando a atualização do RGP para o setor industrial, sem obter retorno efetivo. Destacou que a maior dificuldade enfrentada, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, está relacionada à emissão das carteiras do RGP para pescadores industriais. Parabenizou a equipe pelo avanço alcançado em relação ao segmento da pesca artesanal, mas pontuou que, no caso da pesca industrial não há atualizações, ações ou devolutivas. Quanto a essa intervenção, a secretária executiva, Adriana Toledo, diz que registrará a sugestão nos encaminhamentos da reunião para enviar a área técnica.

3. APRESENTAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO, APROVAÇÃO DA ATA E APRESENTAÇÃO DAS DEVOLUTIVAS DA REUNIÃO ANTERIOR

3.1. Com a palavra a **Secretária-Executiva do CONAPE, Adriana Toledo**, apresentando a todos a ordem do dia. Em seguida, o membro **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)**, informou que sua manifestação se referia especialmente à pauta apresentada e à representação dos conselheiros da pesca industrial, em número de onze membros no Conselho. Em nome desse grupo, propôs a inclusão de uma pauta conjunta voltada à discussão das espécies ameaçadas, com destaque para a sugestão de criação de uma comissão específica. Solicitou, portanto, que a pauta fosse incluída, sugerindo que o momento oportuno para sua discussão fosse durante ou logo após a apresentação relacionada à devolutiva sobre espécies ameaçadas. Ainda em nome dos conselheiros signatários da proposta, comunicou a intenção de apresentar e ler uma carta que formaliza a solicitação. A senhora **Adriana Toledo** informou ao conselheiro Marco Bailon que a pauta por ele proposta havia sido acatada e que o tema referente às espécies ameaçadas seria debatido durante a fala da SERMOP. Na sequência, concedeu a palavra à diretora **Elielma Borcem**, que havia solicitado espaço para se manifestar sobre a apresentação em curso. **Elielma Borcem** se pronunciou em referência ao ponto de pauta relativo à aprovação da ata, informou que a leitura do documento havia sido realizada previamente pela equipe. Apresentou uma sugestão de caráter estrutural, referente à padronização dos nomes dos representantes e respectivas instituições. Com a palavra o membro **Dárlcio Inácio (SBfic)** falou em seguida. O membro **Dárlcio Inácio (SBfic)**, solicitou a verificação quanto ao registro, na ata da reunião anterior, de uma consideração feita pelo conselheiro Itamar, que havia sido complementada por ele (Dárlcio) ao final do encontro. Destacou a importância de reservar, nas próximas reuniões, um espaço para que os representantes das entidades participantes possam apresentar e discutir suas ações. Observou que, embora o Conselho venha tratando de temas relevantes, seria importante também ampliar o debate sobre temas mais diretamente relacionados à aquicultura e à pesca, áreas de atuação das entidades representadas no colegiado. Manifestou a percepção de certo distanciamento entre o Conselho e as entidades, e lembrou que a proposta de maior integração foi sugerida anteriormente e aprovada. Reforçou a necessidade de conferir se tal encaminhamento constou

na ata, ainda que o tema não tenha sido incluído na pauta atual, considerando que poderá ser tratado nas próximas reuniões. A essa intervenção, **Adriana Toledo Secretária-Executiva do CONAPE** respondeu que informou ao conselheiro **Dárlcio Inácio** que a solicitação mencionada constava, sim, na ata da reunião anterior, bem como no registro formal de solicitação de pauta. Reconheceu que a presente reunião abordou temas amplos, o que acabou impedindo a inclusão do referido ponto na pauta do dia, mas reiterou que a proposta está devidamente registrada. Ressaltou, ainda, que está assegurada a possibilidade de que as entidades participantes disponham de espaço para apresentar suas ações em reuniões futuras.

3.2. A Secretária-Executiva do CONAPE Adriana Toledo solicitou a projeção dos encaminhamentos da reunião anterior para apresentação da respectiva devolutiva. Informou que um dos encaminhamentos havia sido o envio aos membros do Conselho da lista atualizada de todos os Projetos de Lei (PLs) em tramitação no Congresso Nacional relacionados ao setor. Comunicou que esse envio foi realizado no dia seguinte à reunião anterior, conforme acordado. Mencionou também que foi solicitado à ASPAR a criação de um mecanismo que possibilite o envio direto dessas informações aos membros do Conselho sempre que um novo PL for identificado. Informou que a senhora Adriana Papaleo, presente na reunião, fará uso da palavra para apresentar como está sendo estruturado o fluxo de comunicação entre o Ministério e os membros do CONAPE. Dando continuidade à apresentação dos encaminhamentos, a **Adriana Toledo** informou que um dos encaminhamentos foi a criação do Comitê de Cumprimento. Comunicou que o processo de criação do referido comitê já foi iniciado e, no momento, encontra-se em análise pelo setor jurídico. Em seguida, mencionou que a revisão da Portaria nº 409 foi outro encaminhamento pactuado e que esse tema está incluído na explanação da SERMOP prevista para a reunião. Informou também que outro ponto encaminhado foi a elaboração de um documento, a ser enviado à Casa Civil, com considerações sobre o Decreto nº 12.336. A SERMOP ficou responsável por essa demanda e irá tratá-la no decorrer da presente reunião. Destacou, ainda, a sugestão de integrar os dados dos sistemas de monitoramento do setor pesqueiro, o que também será abordado pela SERMOP. Acrescentou que a proposta de inclusão dos pescados na cesta básica com alíquota zero está prevista na pauta da reunião e será discutida com o objetivo de definir estratégias e alternativas para alcançar essa meta. Informou que está em andamento a construção de editais vinculados ao Fundo Amazônia. Continuou apresentando que o projeto de criação do Comitê de Conformidade da Aquicultura encontra-se em tramitação. Referiu-se, ainda, à proposta relacionada ao Documento de Origem do Pescado (DOP), destacando que o encaminhamento decorreu da 42ª reunião do CONAPE. Informou que a solicitação foi oficialmente encaminhada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), solicitando maior participação do Ministério na construção do referido documento. Esclareceu que o Ibama respondeu formalmente à solicitação, assumindo o compromisso de, no momento oportuno, abrir a discussão à sociedade civil, com o devido convite à participação do MPA. Ela compartilhou, ainda, que, em decorrência de encaminhamento da última reunião, foi compartilhada com os membros do Conselho, por e-mail, a agenda relativa ao Acordo do Rio Doce. Destacou que, conforme solicitado, foi aberto espaço para que os conselheiros apresentassem sugestões de propostas para o programa Propesca, no âmbito do referido acordo. Sobre a Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, a **Adriana Toledo** informou que o tema foi objeto de uma reunião extraordinária, realizada especificamente para tratar da pauta, conforme deliberação registrada na última reunião ordinária do Conselho. Esclareceu que a lista de espécies debatida já foi encaminhada aos conselheiros e que será objeto de devolutiva durante a reunião do dia seguinte. Informou que foi encaminhada recomendação formal ao Ministério do Meio Ambiente para o reconhecimento da Reserva da Biosfera Marinha de Vitória-Trindade. Em continuidade, informou que os membros indicados para compor o Grupo de Trabalho (GT) de Permissionamento já foram definidos com base nas manifestações de interesse encaminhadas pelos conselheiros. Os nomes foram repassados à Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, que dará seguimento aos trabalhos do GT. Finalizou apresentando um panorama geral dos encaminhamentos realizados até aquele momento.

3.3. Continuando as discussões sobre a pauta, o conselheiro **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)** retomou o encaminhamento registrado como número 20 da 42ª reunião e número 9 da 43ª, ambos referentes à proposta de formação de um grupo de trabalho (GT) para tratar do uso compartilhado do espaço marinho. Ressaltou que este tema já vem sendo discutido nas últimas três reuniões do Conselho e que já houve deliberação nesse sentido, mas observou que não identificou sua inclusão na pauta da presente reunião. Solicitou, ainda, que o referido tema fosse incluído para discussão na 44ª reunião. A **Secretária-**

Executiva Adriana Toledo confirmou a observação feita pelo conselheiro **Marco Bailon** e informou que, em reunião com o secretário-executivo, tratou do tema. Mencionou que, como encaminhamento da última reunião, havia sido proposta a criação de um colegiado. No entanto, conforme relatado, o secretário Édipo considerou mais adequado que se constituísse um comitê permanente, tendo em vista que o tema tende a ser recorrente e de longo prazo. Sugeriu, por fim, que o colegiado deliberasse, na próxima sessão, sobre o formato mais adequado. Em seguida passou novamente a palavra para **Elielma Borcem (SERMOP)** que iniciou sua apresentação pela revisão da Portaria nº 409/2025, que trata da regulamentação da atividade pesqueira empresarial. Informou que, após a última reunião, foi realizada uma articulação entre as áreas finalísticas e a Secretaria Executiva, com o objetivo de discutir o processo de revisão da referida norma. Como resultado, ficou definido que será instaurado formalmente o processo de revisão da portaria. **Elielma Borcem (SERMOP)** informou que estão sendo consideradas duas possibilidades: o lançamento de uma consulta pública com a atualização da norma conforme entendimento técnico; ou a elaboração de uma minuta para ser compartilhada diretamente com o CONAPE. Ela prosseguiu com os encaminhamentos, destacando o item relativo à articulação com a Casa Civil sobre o Decreto nº 12.336, que institui o Programa Nacional de Regularização da Frota Pesqueira (PROPESC). Segundo a diretora na ocasião foi proposto que o decreto também passasse a contemplar aspectos relacionados a multas e infrações ambientais. Dessa forma, informou que a Secretaria Executiva do CONAPE foi apenas comunicada sobre o tema, e que, em consonância com os esclarecimentos já prestados durante a reunião, entendeu-se que a proposta de encaminhamento à Casa Civil não deveria prosperar. Dando continuidade, **Elielma Borcem (SERMOP)** abordou o item relativo ao plano de integração de dados e ao sistema de monitoramento e controle da pesca e aquicultura, com foco na articulação entre diferentes sistemas do governo. Informou que esta discussão é antiga e diz respeito à necessidade de aprimorar os processos de cadastramento e monitoramento da atividade pesqueira e aquícola, em suas diversas categorias. Relatou que, embora ainda não tenha sido elaborado um plano de ação ou integração a ser apresentado ao colegiado, houve avanço na realização de um diagnóstico das bases de dados atualmente existentes. No que se refere ao registro do pescador, foram identificadas cinco bases de dados que estão sendo analisadas quanto à possibilidade de integração. Na área da aquicultura, com apoio técnico, também foi feito um levantamento das bases de dados. Salientou que a discussão é complexa e ainda se encontra em estágio inicial, sendo necessário, antes de tudo, definir qual será o uso pretendido para esses dados e quais bases deverão ser consideradas como referência. Destacou que, embora haja um diagnóstico preliminar, ainda não se avançou na definição dos critérios de integração nem na solução de impedimentos técnicos, como as diferentes linguagens de sistemas. Por fim, sugeriu que seja avaliada a possibilidade de criação de um mini comitê, com participação de representantes do CONAPE, com o objetivo de aprofundar essa discussão. Com a palavra **Francisco Medeiros (Peixe Br)**. Ele recordou que, na reunião anterior, foi solicitado que o Ministério se manifestasse tecnicamente, projeto por projeto, acerca de seu posicionamento — favorável ou contrário — em relação às proposições legislativas em tramitação. Destacou, em especial, o Projeto de Lei nº 4470/2024, no qual o Ministério teria se posicionado contrariamente ao setor produtivo e à continuidade da proposta. Solicitou, portanto, que seja informado se o Ministério irá apresentar formalmente as justificativas relativas a essa e outras decisões, bem como se haverá retorno ao setor produtivo quanto à posição adotada. Em resposta, foi informado ao conselheiro Francisco que o tema está sendo tratado no âmbito do diálogo institucional com a assessora Adriana Papaleo e passou a palavra para **Carlos Eduardo Villaça (Conepe)**. O conselheiro manifestou-se com base no questionamento sobre a função do CONAPE, destacando que, embora o decreto mencione expressamente a exclusão de infrações ambientais do escopo da anistia prevista, os conselheiros deliberaram sobre o tema em reuniões anteriores. Segundo o conselheiro, o que foi solicitado, em essência, foi que o Presidente da República atente para a mensagem da sociedade, que aponta a existência de falhas sistêmicas, as quais resultaram em um número expressivo de autuações e penalidades. Respondendo a esse questionamento, a diretora **Elielma Borcem (SERMOP)** informou que a Secretaria Executiva não tem impedimento quanto ao encaminhamento do ofício em nome do Conselho. Contudo, mencionou que, caso a minuta do ofício a ser enviada à Casa Civil ainda não tenha sido elaborada, solicitou apoio dos conselheiros para auxiliar na redação do documento, de modo que ele reflita com precisão o posicionamento do Conselho e das partes interessadas.

4. INFORMES SOBRE AS AÇÕES DA SERMOP

4.1. Com a palavra, **Elielma Borcem** Secretária Nacional de Registro e Monitoramento da Pesca e Aquicultura – Substituta, apresentou informe sobre a finalização do processo de recadastramento do RGP para pescadores profissionais, encerrado em 31 de março de 2025. Recordou que o processo havia sido iniciado em 2020, com a implementação do cadastro em formato online, e abrangeu dois grupos principais: (i) pescadores que possuíam registros ativos no antigo sistema, denominado “legado”, e (ii) aqueles que haviam protocolado fisicamente seus pedidos de registro e estavam aguardando análise. Informou que, com o encerramento do prazo, essas duas modalidades de acesso ao sistema foram formalmente bloqueadas. Para dar respaldo jurídico à conclusão do processo, foi necessário elaborar e publicar uma portaria, tendo sido realizada articulação com a consultoria jurídica e outros espaços de discussão técnica. Como resultado, foi publicada a Portaria MPA nº 479, que oficializa o cancelamento das licenças antigas que não passaram pelo processo de recadastramento dentro do prazo estipulado. **Elielma Borcem (SERMOP)** esclareceu que, conforme previsto para atos de natureza sancionatória, a portaria foi acompanhada da abertura de prazo para apresentação de recursos. A Portaria nº 479 foi publicada em 5 de junho de 2025 e concedeu **30** dias corridos para que os pescadores atingidos pelo cancelamento possam protocolar recurso por meio de peticionamento eletrônico. Esclareceu ainda que, em caso de deferimento, será reaberto o acesso do pescador ao sistema PesqBrasil para que realize seu recadastramento. Caso o recurso seja indeferido, o cancelamento será mantido, e o interessado somente poderá solicitar um novo registro inicial após 6 meses da data do cancelamento. A diretora informou que o Ministério disponibilizou em sua página oficial uma notícia de destaque referente à Portaria MPA nº 479, com orientações claras sobre o procedimento de recadastramento dos pescadores profissionais. Na mesma página, foi inserido um link direto para a portaria, no qual o pescador pode acessar a lista de licenças canceladas, organizada por Estado, a fim de facilitar a consulta pública. Ressaltou que o Ministério mantém canais ativos de teleatendimento, sendo essa considerada, atualmente, a forma mais ágil de comunicação com o público. **Elielma Borcem (SERMOP)** prosseguiu com os informes relativos ao RGP do pescador profissional, abordando a situação atual da análise dos requerimentos protocolados. Como medida estratégica para enfrentar esse passivo, informou que o Ministério está atuando com forças-tarefa especialmente designadas para esse fim. Com o encerramento formal do recadastramento, foi contabilizado um passivo de aproximadamente 404.000 requerimentos pendentes. Para dar conta dessa demanda, foram estabelecidas 3 frentes de trabalho (forças-tarefa) compostas por servidores da sede do Ministério e das superintendências estaduais. Ao todo, a operação envolve 108 servidores. A diretora informou que a previsão é de que essas forças-tarefa concluam suas atividades até julho de 2025. Solicitou atenção especial das entidades representativas para que disseminem essa informação junto aos pescadores, orientando-os a acompanhar com regularidade o e-mail cadastrado no sistema, uma vez que a comunicação oficial da devolutiva e o respectivo prazo para correção são encaminhados por esse meio. A segunda pauta que a **Elielma Borcem (SERMOP)** trouxe foi a referente aos informes sobre o RGP do aquicultor. Informou que, em 2023, foi publicada a Portaria MPA nº 174, que representou uma mudança significativa ao estabelecer a unificação do processo de licenciamento em uma única etapa, substituindo o modelo anterior, que exigia duas etapas distintas. Explicou que os aquicultores que já haviam iniciado o processo sob a regulamentação anterior devem concluir ambas as etapas para que sua atividade esteja devidamente regularizada. Ela lembrou que o prazo inicial para atualização cadastral era de um ano, conforme estabelecido pela Portaria MPA nº 174/2023. No entanto, devido a solicitações de diversas entidades do setor aquícola, foi concedida uma prorrogação, resultando na publicação da Portaria MPA nº 304, que estendeu o prazo por mais um ano, até 30 de julho de 2025. Nesse contexto, solicitou o apoio dos conselheiros e das entidades representadas no CONAPE para a divulgação massiva desse novo prazo. Esclareceu que, conforme a regulamentação vigente, os registros que permanecerem na primeira etapa e não forem atualizados até 30/07/2025 serão considerados inválidos, perdendo seu respaldo legal. Por outro lado, aqueles que tiverem protocolado o requerimento de atualização até a data limite, mesmo que ainda não tenham sido analisados pela administração pública, permanecerão válidos até deliberação final. Já em relação ao terceiro informe, **Elielma Borcem (SERMOP)** apresentou os avanços relativos à implementação do PROPESC. Como novidade, destacou a instituição do Núcleo de Gerenciamento e Execução do Programa, prevista tanto no decreto quanto na portaria, e formalizada por meio da Portaria MPA nº 427. **4.2** Com a palavra **Catarina de Melo, Coordenadora-Geral de Pesquisa da SERMOP**. Ela apresentou os informes referentes às ações do Departamento de Pesquisa e Estatística (DEPEPA), em especial no que se refere às iniciativas de pesquisa em pesca e aquicultura. A coordenadora **Catarina de Melo** apresentou dois editais desenvolvidos em

parceria com o CNPq, com destaque inicial ao edital voltado às marisqueiras. **Catarina** destacou que o projeto visa preencher lacunas de informação existentes, especialmente diante da ausência de normas específicas de ordenamento ou de políticas públicas voltadas diretamente ao segmento das marisqueiras. Já o segundo edital conduzido em parceria com o CNPq é voltado à avaliação de estoques pesqueiros. Trata-se da continuação de uma iniciativa iniciada em 2015, com execução estendida até 2022, que possibilitou a avaliação de aproximadamente 60 espécies, compreendendo mais de 80 estoques pesqueiros. Catarina enfatizou que, apesar da diversidade de espécies e abordagens, está sendo incentivada a padronização metodológica, sempre que possível, com vistas à comparabilidade e consistência dos resultados. A iniciativa contempla, inclusive, espécies que ainda não possuem dados suficientes para avaliação formal, o que exigirá coleta primária de dados. Ela finalizou sua intervenção solicitando sugestões concretas dos conselheiros. Em seguida, a secretária-executiva Adriana Toledo abriu a fala para plenária.

4.3. Com a palavra o membro suplente **Maxuel da Costa (Conttmaf)**. O conselheiro informou que a categoria tem enfrentado diversas dificuldades relacionadas às embarcações industriais. Segundo relatou, os pescadores industriais não estão conseguindo concluir o processo de emissão da carteira do RGP. Explicou que, ao inserir o tipo da embarcação no sistema, a página não avança, impossibilitando o cadastramento. Finalizou com uma pergunta objetiva: qual é o número atual de pescadores industriais cadastrados no RGP? **Elielma Borcem** respondeu que o número de pescadores industriais cadastrados no RGP é 4.093 pescadores industriais. Ressaltou ainda que a maior parte da base do registro é composta por pescadores artesanais, que representam cerca de 99% do total cadastrado. Informou também que o link do Painel público seria disponibilizado no chat da reunião para consulta por todos os participantes. **Maxuel** retomou a palavra e destacou uma importante dificuldade enfrentada pelos pescadores industriais em relação à emissão da carteira do RGP. Explicou que o pescador só consegue realizar o procedimento de registro quando está embarcado, o que representa um obstáculo. Ressaltou que essa situação gera uma grande demanda, uma vez que os armadores não costumam contratar tripulantes que não estejam completamente regularizados. **Elielma Borcem (SERMOP)** agradeceu a **Maxuel** pela exposição da demanda e reconheceu que se trata de uma questão recorrente, já apresentada anteriormente no conselho. Ela ressaltou que o tema está sempre sujeito a revisões normativas e que será considerado nas próximas discussões. Em seguida, pronunciou-se **Dárlcio Inácio (SbFic)** que solicitou uma consulta sobre o RGP voltado para aquicultores. Manifestou dúvidas sobre a abrangência do cuidado que vem sendo direcionado às marisqueiras e às mariculturas de algas, questionando se esse mesmo cuidado está sendo estendido a outros grupos. **Dárlcio Inácio** expressou preocupação sobre o desconhecimento, por parte dessas maricultoras, acerca do processo de registro no RGP. Com a palavra, **Maria José (CNPA)** solicitou esclarecimentos sobre a questão da vistoria pública relacionada às embarcações. Informou que, por conta da ausência de profissionais habilitados, diversos pescadores não conseguiram solicitar a vistoria pública necessária. Em resposta ao questionamento da senhora **Maria José (CNPA)**, a **Elielma Borcem (SERMOP)** esclareceu que, neste momento, como já foi encerrado o processo de requerimento de vistoria pública, os pescadores têm apenas a opção de realizar a vistoria de forma privada. Explicou que, para tanto, é necessário consultar a lista de profissionais credenciados junto ao Ministério. Continuando as intervenções, o conselheiro **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)** solicitou a palavra e iniciou sua fala expressando que o grupo que representa se sentiu parcialmente atendido com a decisão tomada em relação à pauta apresentada. Esclareceu que, ao sugerirem um debate mais aprofundado sobre o Pró-estoques, o objetivo era contextualizar a preocupação do setor e apresentar, de forma clara e objetiva, os motivos que fundamentam essa inquietação. Destacou que o setor pesqueiro tem se sentido impactado negativamente pelos atuais métodos de gestão pesqueira, especialmente aqueles baseados nos critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) para espécies ameaçadas. Mencionou que o grupo havia preparado uma carta aberta destinada aos membros do conselho, a qual já havia sido encaminhada à Secretaria. Reforçou a urgência da adoção de métodos de gestão pesqueira recomendados internacionalmente, em consonância com as boas práticas aplicadas em outros países no campo da pesca. Em seguida leu a carta, que foi compartilhada com todos os membros por e-mail. Com a palavra o membro **Gilberto Sales**, responsável pela gestão compartilhada junto ao **MMA**, é o próximo a utilizar-se da palavra. Comentou que, conforme compreendido a partir da proposta apresentada por **Marcos Bailon (Aoceano)**, existem dois caminhos principais a serem considerados. O primeiro diz respeito à discussão sobre os critérios para avaliação do estado de conservação das espécies, cujo enfoque se consolidou ao longo dos últimos 15 anos. Para esse campo, observou que já existe uma estrutura jurídica, inclusive com mecanismos

formais para contestação. O segundo caminho, segundo **Gilberto Salles**, trata da avaliação de estoques pesqueiros, envolvendo a análise objetiva da sustentabilidade dos estoques em relação ao esforço pesqueiro aplicado. Ressaltou que, nesse aspecto, houve uma fragilidade crescente nas últimas décadas. Mencionou como referência o trabalho realizado na época do ReSEt (Revisão do Estado dos Estoques), que culminou em um mapeamento e avaliação importante dos estoques pesqueiros, encerrado em 2005, mas que não teve continuidade quanto ao acompanhamento da sustentabilidade.

4.4. Continuando as manifestações da plenária, o membro **Juscelino Miguel dos Anjos (CBPA)** levantou uma dúvida em relação ao processo do RGP. Relatou ainda haver incertezas sobre casos específicos em que o processo de análise do RGP foi finalizado, mas sem deferimento nem indeferimento formal. Segundo ele, nestas situações, o pescador não recebe uma resposta conclusiva, ficando com o processo encerrado, mas sem solução. Diante disso, questionou como se resolveria esse tipo de impasse, solicitando esclarecimentos sobre os encaminhamentos cabíveis para esses casos. A **Elielma Borcem (SERMOP)** informou que, nesses casos, seria necessário consultar o CPF do solicitante mencionado e destacou que houve registros de erros sistêmicos em que o sistema finalizou uma análise sem que ela tivesse seguido o fluxo normal estabelecido. Com a palavra o membro **Carlos Eduardo (Conepe)** iniciou sua fala manifestando apoio e concordância com a carta apresentada anteriormente pelo senhor Marcos Bailon, reiterando a preocupação com a dicotomia interpretativa que desconsidera os estoques pesqueiros como sistemas integrados e referiu-se especificamente à Portaria MMA nº 445/2014, que surpreendeu muitos especialistas ao verem suas análises convertidas diretamente em listas de proibição de captura, sem diálogo prévio sobre os efeitos práticos. Sobre isso defendeu que o debate precisa ocorrer no âmbito das políticas públicas, com atenção especial à forma como as espécies da fauna brasileira são tratadas. Com a palavra o membro **Ajax Tavares (Confapesca)** que solicitou que a representante da SERMOP tenha o cuidado, sempre que encaminhar discussões ao conselho, de garantir que os materiais venham em condições que ainda permitam alterações e contribuições por parte dos conselheiros, mesmo reconhecendo que o colegiado tem caráter consultivo. Finalizadas as falas, a **Secretária-Executiva, Adriana Toledo**, retomou a pauta da carta lida pelo conselheiro Bailon para recolher quais seriam os próximos encaminhamentos. O membro **Marcos Bailon** solicitou a aprovação da Carta pela Plenária e também sugeriu a construção de um GT para discutir um programa Pró-estoque. Foi deliberado tanto a aprovação da carta quanto da criação do GT e ambos foram aprovados pela plenária.

5. Plano de Gestão da Corvina

5.1. Com a palavra o membro titular **Roberto Gallucci (MMA)** explicou que no processo de atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies Ameaçadas de Peixes e Invertebrados Aquáticos, a corvina foi indicada para ser incluída na categoria de menor nível de ameaça: “vulnerável”. Essa proposta encontra-se atualmente sob análise da CONABIO. Apresentou, então, uma síntese das informações constantes na ficha de avaliação da espécie, com a justificativa de que os níveis populacionais da corvina nas regiões Sul e Sudeste declinaram entre 70% e 80% nas últimas três décadas. Considerando toda a área de ocorrência da espécie no litoral brasileiro, estimou-se um declínio populacional em torno de 40%, o que justifica sua inclusão na categoria “vulnerável”. Em relação ao andamento do processo, informou que a primeira etapa — avaliação do estado de ameaça e validação — já foi concluída, sob coordenação do ICMBio, entre os anos de 2022 e 2024. A segunda etapa, referente à apresentação da lista de espécies candidatas à inclusão na lista vermelha, ocorreu nos dias 2 e 3 de abril de 2025, em reunião da CONABIO. Na ocasião, foi aberto prazo para o envio de novas informações, estipulado até 2 de junho. No momento, informou que o ICMBio e o MMA estão avaliando todas as informações recebidas. Destacou, ainda, que essas recomendações poderão dar origem a novos procedimentos, como a convocação de painéis de especialistas para consulta. Roberto prosseguiu esclarecendo que, até o momento, não há possibilidade de publicação de uma nova lista de espécies ameaçadas que inclua a corvina de forma inesperada ou sem aviso prévio. Relembrou as etapas envolvidas e comentou que, caso a corvina venha a ser incluída na lista oficial de espécies ameaçadas, serão observadas as disposições da Portaria MMA nº 445/2014. Esclareceu que o manejo dessas espécies deve ser regulamentado por norma específica de ordenamento. Informou que, atualmente, está em curso a elaboração do plano de gestão da corvina, que será contextualizado em mais detalhes pela representante do MPA, Sandra. Por fim, mencionou que está em fase de consulta a instituição do Comitê de Espécies Aquáticas Ameaçadas, que será coordenado pelo MMA. Com a palavra **Sandra Silvestre (SNPI)**, informou que traria um relato sobre os trabalhos do grupo de trabalho responsável pela elaboração da proposta do plano de gestão da corvina, bem como o status

atual desse plano. Destacou que a iniciativa decorreu de encaminhamento da 2ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão (CPG) das Pescarias Demersais das regiões Sudeste e Sul, realizada em abril de 2024. Em decorrência desse encaminhamento, foi publicada a Portaria nº 291, que instituiu o referido grupo de trabalho, responsável por conduzir os encaminhamentos necessários. Entre as atribuições do grupo, destacou-se a elaboração de propostas de planos de gestão para as pescarias demersais nas regiões Sudeste e Sul, com foco na corvina. Foi realizada em julho a primeira reunião do grupo, dedicada à apresentação das diversas informações existentes sobre a espécie, com o objetivo de compilar os dados disponíveis. Nesse workshop, foi aplicada uma ferramenta denominada *FishPath*, que, a partir dos dados inseridos, aponta as medidas de gestão mais factíveis e adequadas ao contexto analisado. Na sequência, foi realizada a segunda reunião ordinária do grupo de trabalho, na qual foram discutidas as contribuições oriundas do primeiro workshop e realizados os primeiros refinamentos nas propostas apresentadas pelos especialistas. Posteriormente, foi promovido um segundo workshop com os mesmos pesquisadores, com o objetivo de apresentar a devolutiva das deliberações feitas na segunda reunião. A **Sandra Silvestre (SNPI)** destacou que, desde a formalização do grupo de trabalho, a minuta do plano de gestão esteve disponível aos integrantes do GT por meio de plataforma online. Informou, por fim, que em março do corrente ano foi realizada a apresentação e a validação do plano de gestão no âmbito do CPG Demersais Sudeste e Sul. A **Sandra Silvestre (SNPI)** informou que atualmente existe uma minuta de plano de gestão estruturada, que será convertida em versão final do plano de gestão da corvina. A Sra. **Sandra** informou que apresentaria, de forma breve, as medidas e estratégias de recuperação previstas na minuta do plano de gestão da corvina. Explicou que essas medidas estão organizadas em três categorias: medidas emergenciais de gestão (seis no total), medidas de gestão de curto e médio prazo (sete), e ações de pesquisa.

5.2. Finalizadas as apresentações, o secretário-executivo **Édipo Rivetla** abriu a plenária para aqueles que desejavam se pronunciar, informando que ouviria a todos os inscritos antes de voltar a palavra aos expositores para que respondessem. Com a palavra o membro suplente **Felipe Weber (ABLA)** que questionou o Sr. Roberto Gallucci sobre o Comitê de Espécies Ameaçadas e solicitou informações atualizadas sobre a retificação da portaria e a situação das vagas destinadas aos peixes ornamentais. Em seguida, **Carlos Eduardo (Conepe)** queria confirmar seu entendimento quanto ao status atual do plano de gestão da corvina. Afirmou ter compreendido que, no âmbito do grupo de trabalho, os trabalhos haviam sido concluídos, resultando em uma minuta definitiva do plano, ainda sujeita à apreciação técnica e jurídica. Acrescentou que, conforme apurado, o trâmite da proposta junto ao MMA estaria momentaneamente paralisado, o que explicaria a ausência de publicação e de deliberação no âmbito da CONABIO. Solicitou, então, confirmação dessa informação e, se possível, esclarecimentos quanto às ações em curso para destravar o processo internamente no MMA. Com a palavra o membro **Laís Belsito (Abipesca)** manifestou-se alinhando-se à fala anterior do conselheiro e comentou que alguns processos administrativos parecem avançar de forma muito lenta, enquanto outros encontram-se completamente paralisados, como é o caso da implementação do Grupo Técnico das Espécies Ameaçadas. Manifestou preocupação com a falta de transparência nas ações dos órgãos públicos envolvidos. Por fim, apontou que, apesar de já se passar cerca de três meses aguardando a oficialização do plano, não há informações claras sobre os motivos da demora, o que evidencia a falta de transparência no processo. Com a palavra o membro titular **Aginaldo dos Santos (PESCA BR)** manifestou sua surpresa e preocupação diante da aparente falta de transparência e do que chamou de “caixa preta” nas discussões referentes à gestão da corvina. Apontou que, apesar do empenho de todos na elaboração do plano de gestão, existem dúvidas em relação à consistência dos dados utilizados, especialmente considerando que os últimos 4 anos registraram super-safra da corvina, sugerindo um cenário diferente daquele apresentado nas discussões. Lamentou a situação delicada enfrentada pelo setor, que sofre com decisões tomadas sem a devida consideração dos interesses produtivos.

5.3. Em seguida, **Adriana Toledo Secretaria-Executiva do CONAPE** passa a palavra aos expositores para que respondam as interjeições feitas. Com a palavra o membro titular **Roberto Gallucci (MMA)** respondeu à pergunta sobre a atualização do Comitê de Espécies Ameaçadas, esclarecendo que o processo se encontra pendente de análise conclusiva pela Secretaria de Biodiversidade do MMA. Acrescentou que, assim que a Secretaria de Biodiversidade emitir sua resposta, será possível avançar com o edital para seleção das ONGs que integrarão o Comitê. **Felipe Weber (ABLA)** fez uma pequena intervenção afirmando que houve um compromisso do MMA em criar uma vaga para o setor dos ornamentais, ao que **Roberto Gallucci (MMA)** respondeu que a seleção das entidades ambientalistas

será realizada por meio de edital, conforme recomendação da área jurídica do MMA, o que poderá demandar um prazo mais prolongado. Informou que, por ora, o Comitê ainda não tem previsão para ser formalmente instalado, mas que o pedido de inclusão da ABLA está em vias de ser atendido. Comprometeu-se a comunicar ao CONAPE qualquer alteração ou decisão. Sobre o Plano de Gestão da Corvina, o expositor disse que a aprovação do plano, que poderá ser convertido em plano de recuperação se necessário, ainda não é conclusiva por parte do MMA e destacou que está prevista uma reunião com o IBAMA para a semana seguinte, com o objetivo de solucionar essas pendências, em conjunto com o MPA. Após a fala, a secretária-executiva **Adriana Toledo** sugeriu ao CONAPE que diante das manifestações poderia encaminhar um ofício ao MMA solicitando agilidade na implantação do Comitê de Espécies Ameaçadas o que foi aprovado como encaminhamento pelos conselheiros.

6. Acordos Internacionais – Chile e China E COP30

6.1. Com a palavra, **Diógenes Lemainski Chefe de Assessoria Especial Internacional - Substituto** para explanação dos acordos internacionais entre Chile e China e a agenda do Ministério para COP-30. **Diógenes (AI/MPA)** explicou que a apresentação a ser realizada teria como foco três pontos principais: o Memorando de Entendimento em matéria de pesca e aquicultura firmado entre o Ministério da Pesca do Brasil e seu órgão homólogo no Chile; o protocolo sanitário recentemente estabelecido com a China, voltado para pesca extrativa; e, por fim, as ações do MPA em preparação para a Conferência do Clima COP 30. **Diógenes (AI/MPA)** abordou, então, o primeiro tema proposto: o Memorando de Entendimento em matéria de pesca e aquicultura firmado entre o Brasil e o Chile. Informou que o referido documento foi assinado em 22 de abril do corrente ano. Para ilustrar a relevância da parceria, apresentou alguns dados que evidenciam a importância do Chile como ator estratégico no setor. Em seguida, abordou os objetivos gerais do Memorando de Entendimento destacando que o documento tem como finalidade fortalecer a cooperação bilateral em pesca e aquicultura, promover o desenvolvimento sustentável dos sistemas alimentares aquáticos e contribuir para a segurança alimentar e para o fortalecimento das economias de ambos os países. Explicou que o memorando apresenta uma estrutura ampla, de caráter mais macro e abrangente, funcionando como um "guarda-chuva institucional" que permite, ao longo do tempo, o aprofundamento e detalhamento de temas de interesse comum entre as partes. Entre os eixos temáticos contemplados, citou: gestão e ordenamento pesqueiro e aquícola; combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN); monitoramento, controle e vigilância; sanidade aquícola; pesquisa científica; fortalecimento institucional; igualdade de gênero; mudanças climáticas; fortalecimento de cadeias produtivas; e aproximação entre os setores privados dos dois países. Ressaltou que, por ora, o Memorando de Entendimento possui caráter exclusivamente político, sem implicações financeiras ou compromissos legais vinculantes. Contudo, sua implementação prevê a criação de um grupo de trabalho conjunto, formado por representantes do Brasil e do Chile, com a missão de planejar, executar, monitorar e avaliar as ações a serem priorizadas no âmbito do memorando. A partir desse grupo, espera-se elaborar planos de trabalho específicos focados em eixos técnicos previamente acordados. Além disso, destacou o potencial de cooperação bilateral nas áreas de inovação tecnológica e pesquisa, bem como na ampliação e fortalecimento dos mercados e da competitividade do setor pesqueiro brasileiro. Encerrou esse tópico abrindo para que a plenária apresentasse comentários ou dúvidas. **Dárlio Inácio (SBfic)** manifestou interesse em obter mais detalhes sobre os desdobramentos práticos do Memorando de Entendimento entre Brasil e Chile, especificamente em relação aos intercâmbios tecnológicos mencionados. Quanto a isso, **Diógenes (AI/MPA)** responde que, conforme já havia comentado anteriormente, os meios de implementação do Memorando de Entendimento entre Brasil e Chile encontram-se, neste momento, em estágio inicial. Explicou que o próximo passo será a criação de um grupo de trabalho conjunto, cuja função será explorar e definir, de maneira mais concreta, as atividades prioritárias a serem desenvolvidas no âmbito da cooperação bilateral. Em seguida, mencionou que, com base nesse levantamento e articulação, será possível promover aproximações mais específicas com os atores brasileiros. **Francisco Medeiros (PeixeBr)** questionou sobre os termos do acordo, as perspectivas e as oportunidades relacionadas ao fortalecimento da aquicultura de pequena escala. **Diógenes (AI/MPA)** respondeu que os memorandos de entendimento são construídos com uma perspectiva ampla, funcionando como um instrumento guarda-chuva. A intenção é permitir que, posteriormente, o grupo de trabalho constituído identifique áreas prioritárias de cooperação e sistemas específicos a serem desenvolvidos. **6.2.** Com a palavra **Diógenes Lemainski Chefe de Assessoria Especial Internacional - Substituto - MPA**

conduziu a explanação do segundo tópico, referente ao protocolo sanitário recentemente firmado entre Brasil e China para produtos da pesca extrativa. O protocolo é fruto de um processo iniciado em 2016, com apoio da Câmara Setorial da Produção e Indústria de Pescado, e intensificado em 2023 via COSBAN e encontros no âmbito do G20 e BRICS. **Diógenes Lemainski (AI/MPA)** apresentou um panorama da produção chinesa de pescado, destacando a concentração das exportações brasileiras à China em 2024, principalmente de lagosta, embora o Brasil ainda detenha baixa representatividade nesse mercado. Informou que está em negociação um memorando de entendimento com o Ministério da Agricultura e dos Recursos Agrários da China, similar ao firmado com o Chile, focado no setor de pescado. Foram detalhados os principais pontos do protocolo, cujo objeto exclusivo é o pescado oriundo da pesca extrativa — artesanal e industrial —, capturado em ambientes naturais. O protocolo lista inicialmente 37 espécies, sem limitação formal quanto ao número de espécies autorizadas. Em termos de requisitos, enfatizou-se a conformidade sanitária e a necessidade de atendimento às exigências da Administração Geral de Alfândegas da China. Com a palavra o membro suplente **Felipe Weber (ABLA)** questionou se existem tratativas em andamento no sentido de incluir os peixes ornamentais no escopo dos acordos sanitários firmados, e sugeriu a possibilidade de agendar uma reunião para discutir o tema com mais profundidade. **Diógenes (AI/MPA)** destacou que a sugestão apresentada pelo Sr. **Felipe Weber** será anotada e considerada como encaminhamento, com vistas à intensificação dos esforços voltados à ampliação das negociações e à inclusão dos peixes ornamentais no escopo dos protocolos sanitários internacionais. Com a palavra o membro suplente **Enox Maia (ABCC)** comentou sobre o protocolo firmado com o Chile, avaliou que, no campo da aquicultura, há poucas possibilidades efetivas de intercâmbio ou transferência de conhecimento entre os dois países, com exceção de casos pontuais, como os relacionados à agricultura, especialmente o cultivo de macroalgas. Ressaltou que, fora essa exceção, os dois países desenvolvem modelos de aquicultura bastante distintos, o que limita as possibilidades de colaboração técnica mais ampla. Em relação à China, **Enox Maia (ABCC)** destacou que os temas de maior interesse para o Brasil estariam ligados à aquicultura. Mencionou que o país possui um mercado significativo de carcinicultura, o qual poderia se beneficiar substancialmente de um acordo de exportação com a China. Apontou que existe uma lacuna no mercado chinês quanto à oferta de camarões de médio porte. **Diógenes (AI/MPA)** respondeu à intervenção de do Sr. **Enox Maia** concordando com a observação feita quanto ao modelo chileno de aquicultura. Esclareceu que os memorandos de entendimento firmados pelo Brasil com outros países, como Chile e China, têm como principal objetivo explorar aquilo que cada parceiro tem de melhor a oferecer. Com a palavra o membro titular **Carlos Eduardo Villaça (Conepe)** acrescentou à discussão sobre a China, ressaltando a necessidade de reforçar a lista atual das espécies autorizadas para exportação. Sugeriu que essa questão fosse destacada e tratada com prioridade nas futuras negociações diplomáticas para ampliar o leque de espécies autorizadas. Com a palavra o membro titular **Agnaldo dos Santos (PESCA BR)** trouxe uma questão técnica referente à presença de embarcações estrangeiras avançando na costa brasileira, tema que tem sido motivo de diversas reclamações. Questionou se o IBAMA ou outros órgãos realizam alguma fiscalização ou controle sobre embarcações estrangeiras que atuam na costa nacional e se existem procedimentos para eventuais reparos ou intervenções em casos relacionados a esses barcos. **Diógenes (AI/MPA)** retoma a palavra e informa que essa situação compete diretamente à autoridade marítima brasileira, que tem o papel de zelar pela soberania nacional sobre essas águas. **Felipe Weber (ABLA)** dirigiu uma pergunta sobre a existência de uma lista oficial de espécies autorizadas no âmbito de parcerias comerciais sanitárias internacionais. Relatou que, em um momento anterior, um associado da ABLA havia questionado se tal lista existia, e a resposta inicial foi de que não havia mais uma lista formal vigente. Porém, segundo ele, há listas específicas das espécies que não podem entrar, baseadas em riscos sanitários, e alguns documentos paralelos que também restringem determinadas commodities, incluindo pescado. Relatou que, durante as discussões para a assinatura do acordo de Certificado Sanitário Internacional (CDI), o governo brasileiro não tinha conhecimento da existência dessas listas paralelas, que não fazem parte oficialmente do acordo. Por fim, Felipe alertou para um problema relatado por associados que enviam cargas para a China e têm produtos recusados, sob a alegação de pertencerem a listas paralelas não previstas no acordo oficial. **Diógenes (AI/MPA)** respondeu que a utilização do Memorando de Entendimento entre as autoridades pesqueiras é uma estratégia fundamental para avançar em outras competências relacionadas, sejam elas de natureza comercial, ambiental ou, como no caso discutido, sanitária. Enfatizou que o memorando estabelece um canal inicial de diálogo e cooperação institucional que pode ser utilizado para tratar de temas complexos e sensíveis, como as listas de espécies e os

protocolos de exportação. **Diógenes Lemainski (AI/MPA)** apresentou o terceiro ponto da pauta, abordando as ações do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) relacionadas à 30ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP 30). Destacou os três objetivos gerais da presidência brasileira: fortalecer o multilateralismo; acelerar a implementação do Acordo de Paris, com ênfase no mecanismo do Balanço Global; e integrar as ações climáticas aos processos econômicos e financeiros dos países, alinhando sustentabilidade ao desenvolvimento nacional. Explicou a criação dos "Círculos de Liderança", que visam ampliar a participação da sociedade civil e grupos representativos. Apresentou o "Balanço Ético Global", que promove o diálogo sobre a transição para uma economia de baixo carbono, e ressaltou o papel dos "Champions" como líderes da sociedade civil na articulação dos compromissos climáticos. Mencionou também os 30 enviados especiais, especialistas em temas estratégicos. Os quatro pilares da COP 30 são: negociações, agenda de ação, cúpula de chefes de Estado e mobilização. Para organizar a participação do MPA, foi criado o Grupo de Trabalho COP 30, formalizado pela Portaria nº 441/2025, responsável pelas atividades preparatórias. A agenda de ação do MPA está estruturada em dois eixos: promoção dos sistemas alimentares aquáticos como soluções climáticas e valorização das comunidades pesqueiras e aquícolas como protagonistas da ação climática. A preparação para o evento em Belém contempla a organização da zona azul, para eventos com foco no público estrangeiro e participação em atividades oficiais de alto nível, e da zona verde, com eventos técnico-científicos, institucionais e estande do MPA. Em suma, essa participação do MPA está em construção. Com a palavra o membro titular **Dárlcio Inácio (SBFic)** destacou que tem acompanhado discussões sobre a COP 30 e outros fóruns, especialmente em relação aos sistemas alimentares aquáticos. **Dárlcio Inácio (SBFic)** ressaltou que a produção de algas no Brasil representa uma grande oportunidade para geração de emprego e renda para famílias necessitadas, além de trazer benefícios para a pegada ecológica e sustentabilidade ambiental. Finalizou afirmando que o Ministério da Pesca deve aproveitar o momento da COP para fortalecer essa pauta. **Enox Maia (ABCC)** ressaltou a importância da nova consciência acerca da produção de alimentos aquáticos e da aquicultura no contexto da redução da pegada de carbono. **Enox Maia** explicou que essa característica torna a pegada de carbono da aquicultura brasileira menor, pois o país ainda está em estágio inicial de desenvolvimento da atividade, baseada em sistemas de produção moderados. Destacou o crescimento dos sistemas multitróficos, que vêm ganhando espaço no contexto nacional, reforçando o potencial do Brasil para contribuir significativamente na redução da pegada de carbono por meio da aquicultura. Finalizando o tópico, o **Secretário-Executivo Édipo Rivetla** observou que o MPA vem atuando ativamente no âmbito do Plano Clima. No eixo de mitigação, ressaltou ações como o fomento à produção de aquicultura sustentável, com a ampliação de modelos de baixa emissão de gases de efeito estufa, citando especificamente a aquicultura multitrófica integrada e a carcinicultura.

7. Inclusão da Sardinha na Cesta Básica

7.1. O membro titular **Agnaldo Hilton dos Santos (PESCA BR)** informou sobre recente demanda ao governo federal referente à redução da alíquota da sardinha e sua retirada da cesta básica. Relatou reuniões com o ministro e o vice-presidente Alckmin, que acolheram positivamente a solicitação. **Agnaldo dos Santos (PESCA BR)** destacou a importância da sardinha para o setor pesqueiro e para a cadeia alimentar nacional, ressaltando que a redução da alíquota de importação de 30% para zero e a exclusão da sardinha da cesta básica tiveram impactos negativos, especialmente na merenda escolar, onde a sardinha é insumo fundamental. Enfatizou que a sardinha é o peixe mais consumido no Brasil e que o governo pretende reintroduzi-la na merenda escolar. Destacou ainda a rigorosa regulamentação ambiental da espécie e a gestão eficiente da cadeia produtiva como fatores essenciais para geração de emprego, renda e fortalecimento econômico. Por fim, defendeu a reinclusão da sardinha na cesta básica como medida crucial para garantir a segurança alimentar das famílias brasileiras e ressaltou o papel econômico da indústria de sardinha em lata. Continuando a pauta, com a palavra a **José Luís Vargas Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva - MPA** que manifestou concordância com as considerações feitas por Agnaldo Hilton dos Santos. Reforçou a relevância da sardinha enlatada, especialmente para as classes menos favorecidas, destacando que, em muitos casos, trata-se da única fonte de proteína disponível. **José Luís (SNPI/MPA)** ressaltou que, em diversas regiões, a ausência de energia elétrica torna a sardinha enlatada uma solução viável, por não exigir refrigeração. Finalizou enfatizando que a exclusão da sardinha enlatada da cesta básica pode acarretar elevação de preços e impactos econômicos negativos para as populações mais vulneráveis. Com a palavra **Adriana Papaleo Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - MPA** apresentou

uma linha do tempo sobre a inclusão da sardinha na cesta básica. Relatou que, em 2024, a sardinha foi incluída pela Portaria nº 966, mas a PEC nº 45 de 2019 não previa pescado nem sardinha na cesta básica. Desde então, por determinação do Ministro da Pesca e Aquicultura, o MPA tem realizado gestões junto ao Parlamento para reverter essa situação. Durante a tramitação da matéria, que culminou na Lei Complementar nº 214 de 2025, o pescado foi incluído com sucesso, porém a sardinha não foi contemplada. Atualmente, existem dois Projetos de Lei Complementar em tramitação para a inclusão da sardinha: o PLP nº 80/2025, da Deputada Ana Paula Lima, e o PLP nº 104/2025, do Deputado Luís Nishimori, ambos passando pelas comissões de Saúde, CFT e CCJC. **Adriana Papaleo (ASPAR/MPA)** destacou três frentes prioritárias de atuação no governo federal para avançar na pauta: Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Ministério da Fazenda, com prioridade para o Ministério da Saúde. Com a palavra o membro titular **Elizeu de Brito (FAEP BR)** ressaltou que, em diversas regiões do Brasil, há significativa atividade relacionada à captura da sardinha por meio da pesca artesanal, e que esse aspecto mereceria maior atenção nas discussões junto às autoridades. Com a palavra **Marco Bailon (Aoceano)** afirma que o caminho a ser seguido é o exemplo da sardinha, especialmente pela conjugação de esforços entre o setor privado, a indústria e a academia. Destacou que, apesar das variações ambientais e dos impactos das mudanças climáticas, a sardinha tem mantido sua resiliência, sem sofrer restrições significativas de captura, seguindo de forma ordenada as orientações e normas estabelecidas para o seu uso sustentável. Diante disso, propôs que o CONAPE delibere sobre a emissão de uma moção de apoio à referida iniciativa, como forma de reforçar institucionalmente o pleito. **Adriana Papaleo (ASPAR/MPA)** destacou a importância de garantir uma aprovação bem-sucedida já na primeira comissão. Por fim, propôs que, ao invés de uma única ação conjunta, os esforços de mobilização sejam coordenados de forma a pressionar os parlamentares em momentos distintos, com abordagens feitas por pessoas diferentes. Com a palavra **Aginaldo Hilton (PESCA BR)** também falou novamente e reforçou a importância de manter uma postura institucional apartidária. Referindo-se à retomada das articulações no Congresso, mencionou que o período ideal para intensificar as visitas técnicas e o trabalho de convencimento junto aos parlamentares será a partir do início de julho. Com a palavra **Ajax Tavares (Confapesca)** aproveitou a ocasião para dirigir-se à secretária Adriana, solicitando atenção a um outro tema de relevância: o Projeto de Lei nº 4414, de 2016. Ajax pediu que a secretária verificasse a situação atual do PL 4414/2016 e, se possível, fornecesse um retorno sobre seu estágio processual. **Adriana Papaleo (ASPAR)** respondeu ao Sr. Ajax Tavares dizendo que afirmou estar acompanhando com atenção a tramitação do Projeto de Lei nº 4414/2016.

8. 2º dia - 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA - CONAPE – 18/06/25

8.1 O segundo dia da 44ª Reunião Ordinária do CONAPE iniciou-se com a palavra da Secretária-Executiva do CONAPE, **Adriana Toledo**, saudou os presentes e ressaltou a diversidade de temas a serem abordados na pauta do dia. Em seguida, anunciou o primeiro item da agenda, que consistia na devolutiva referente à Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção.

9. DEVOLUTIVA DA LISTA DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

9.1. Com a palavra, a Sra. **Sandra Silvestre**, Diretora da **Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva (SNPI/MPA)**, que iniciou sua fala realizando um breve relato sobre a reunião realizada com a equipe do CONABIO, na qual foi apresentada a nova **lista de espécies ameaçadas**, bem como as respectivas fichas técnicas. Ressaltou que, naquela ocasião, foi possível ter acesso aos documentos atualizados referentes às espécies em risco. Em seguida, informou que, em decorrência dessa reunião, o **CONAPE** convocou uma **reunião extraordinária conjunta com os 10 Comitês Permanentes de Gestão (CPGs)**, marcando um encontro considerado histórico e produtivo, com foco principal nas discussões acerca das alterações na lista de espécies ameaçadas. A representante da SNPI destacou que o **Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)** encaminhou oficialmente a nova proposta de lista e fichas técnicas das espécies para análise, consolidando as informações em uma **nota técnica**, já recebida pelo **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**. Informou ainda que o processo se encontra atualmente na fase de **devolutiva ao CONAPE**, com nova reunião do CONABIO prevista para tratar das **contestações**, com destaque para o caso da **corvina**. Na sequência, a Sra. Sandra Silvestre apresentou **novos dados científicos** indicando que houve uma **redução de apenas 4% na biomassa do estoque sul da corvina entre os anos de 1997 e 2023**, percentual significativamente inferior aos 30% estabelecidos como critério técnico para inclusão na lista de espécies ameaçadas. Reforçou que a causa

da redução é conhecida e irreversível, sugerindo, portanto, uma **reavaliação do status da espécie**. A diretora também salientou que **estimativas de produção pesqueira**, sobretudo no estado do **Rio Grande do Sul, não foram consideradas na avaliação vigente**, o que reforça a necessidade de uma nova análise da espécie corvina. Posteriormente, solicitou a **inclusão de dados mais recentes na avaliação do pargo**, defendendo sua **reclassificação para a categoria de vulnerável**, sem, no entanto, retirá-lo da lista de espécies ameaçadas. No decorrer de sua fala, destacou que **dados atualizados sobre o bagre** também não foram considerados nas análises, apontando a necessidade de revisão. Por fim, afirmou que o **peroá** será tratado como **prioridade para ações de recuperação**, em virtude de sua relevância socioeconômica, e ressaltou que a **avaliação da espécie tambaqui encontra-se desatualizada**, sendo necessária a revisão de sua classificação e das demais espécies relacionadas.

9.2. Adriana Toledo, Secretária - Executiva do CONAPE, abriu a plenária para que os membros fizessem suas considerações. Com a palavra, **Aginaldo Hilton dos Santos (PESCA BR)** destacou a importância do levantamento sobre a corvina, que com o uso de gráficos e dados ficou mais claro do que no dia anterior, embora ainda sem dar segurança para que a espécie deixe a condição de vulnerável. Ato contínuo, **Aginaldo Hilton (PESCA BR)** ressaltou o papel dos representantes na CONABIO para fortalecer a gestão compartilhada e defendeu a participação ativa dos dois órgãos principais nas decisões. Ele também apontou à **Sandra Silvestre (SNPI)** a necessidade de rever as listas de espécies ameaçadas, já que muitas entram como vulneráveis sem análise histórica, dificultando sua retirada depois. Com a palavra o membro titular **Lais Pestana (Abipescas)** destacou que a avaliação das espécies já ocorre há algum tempo, mas destacou preocupação com a falta de transparência na reavaliação do pargo, que surpreendeu o setor. Manifestou preocupação com boatos sobre a possível inclusão do pargo na lista do acordo CITES, pedindo esclarecimentos e maior transparência dos gestores. Ressaltou que, ao contrário da Portaria 445, a inclusão no CITES é praticamente permanente e pode causar graves impactos sociais e econômicos. Posteriormente, **Felipe Weber (ABLA)** informou que a ABLA analisou a lista e identificou várias espécies importantes para o setor. Ele mencionou que contataram as pesquisadoras Patrícia Chave e Lúcia Góes, que já estão elaborando um parecer para o CPG Ornamentais, eliminando a necessidade de um parecer separado para a ABLA. Complementando sua fala, **Felipe Weber (ABLA)** apontou que o CPG Ornamentais já vinha discutindo a Arraia do Xingu há três reuniões, com recomendações baseadas em um estudo financiado pela GIZ da Alemanha, conduzido pelo MMA e IBAMA, devido à inclusão da espécie na CITES. Ele observou que a Arraia do Xingu não apareceu na apresentação de **Sandra Silvestre (SNPI)** e questionou por que não foi incluída, além de perguntar se o pedido de reconsideração da análise da espécie havia sido enviado ao MMA. Adiante, **Felipe Weber (ABLA)** ressaltou que, segundo discussões no CPG, o maior impacto sobre a raia Leopoldi não é a pesca, mas a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Ele destacou que a Arraia do Xingu, endêmica do Rio Xingu, ocorre além da área de influência direta da usina. Por fim, **Felipe Weber (ABLA)** comentou que os estudos de impacto ambiental para Belo Monte desconsideraram a parte alta do Rio Xingu, onde a raia vive naturalmente. Em sua fala, **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)** manifestou ressalvas negativas quanto a situação da pesca no Brasil, ressaltando que as proibições atuais não impedem a pesca de espécies ameaçadas, apenas seu descarte. Ele defendeu a urgência de mudar o modelo de avaliação dos recursos pesqueiros para seguir padrões internacionais, criticando o modelo atual e destacando a necessidade de investimentos e mudanças governamentais. Propôs que o Ministério da Pesca assuma a gestão, implementando o GT de pró-estoques, e alertou que, enquanto o Ibama e o meio ambiente liderarem, os recursos pesqueiros continuarão a se degradar. Em resposta, **Gilberto Sales (MMA)** explicou que antes havia uma limitação jurídica que impedia a formação de grupos interministeriais, mas isso foi superado, permitindo criar um grupo conjunto com o MPA. Afirmou que o MMA nunca quis atuar sozinho e que o grupo trabalhou por um ano e meio, devendo apresentar em breve uma proposta de gestão compartilhada. Destacou que o processo segue o Pró-Espécie, com o MPA contribuindo com dados atualizados. Garantiu que tudo está conforme as normas e que ICMBio e MMA irão acolher e reabrir discussões sobre as espécies. Complementando, o membro titular **Gilberto Sales (MMA)** explicou que a limitação jurídica que antes impedia grupos interministeriais foi superada, possibilitando a criação de um grupo conjunto com o MPA. Em seguida disse que o MMA nunca quis atuar sozinho e que, após um ano e meio de trabalho, será apresentada uma proposta de gestão compartilhada. Por fim, reforçou que o processo segue o Pró-Espécie, com o MPA trazendo dados atualizados, e que ICMBio e MMA vão reabrir as discussões sobre as espécies, tudo dentro das normas.

9.3. Sandra Silvestre (SNPI) destacou que, na reunião do CONAPE com os 10 Conselhos de Pesca e Gestão, foram apresentadas atualizações sobre espécies incluídas e retiradas da lista, ressaltando a importância dos dados do mapa de bordo para a gestão pesqueira. Agradeceu também à Abipescas pelo aporte de dados. Informou que o material da reunião da CONABIO só foi acessado depois do encontro do CONAPE, com autorização para envio ao setor produtivo. Sobre a CITES e o pargo, ainda não houve comunicação oficial, mas uma reunião no Itamaraty está em andamento entre várias instituições. Assim

que houver relatório, as informações serão compartilhadas. Por fim, disse que as contribuições da *Potamotrygon leopoldi* foram recebidas, mas não foram suficientes para contestar a lista de espécies ameaçadas. **9.4. Agnaldo Hilton Santos (PESCA BR)** demonstrou preocupação com a produção de dados confiáveis, ressaltando a parceria com a academia pela falta de pessoal do governo e afirmando que eles mesmos são os mais interessados na qualidade dos dados para garantir a sustentabilidade. Destacou que, sem pesca sustentável, não faz sentido manter as embarcações. Relatou que em dois anos de arrasto identificaram captura de espécies ameaçadas e muitos descartes, alertando para o risco à sustentabilidade. Defendeu levantamentos detalhados, colocou-se à disposição para buscar soluções e enfatizou a importância de fortalecer a pesca para ampliar exportações e evitar o fechamento de fábricas. Com a palavra o membro suplente **Felipe Weber (ABLA)** destacou que a ficha da Arraia do Xingu não trouxe dados novos dos pescadores e apenas listou ameaças e hidrelétricas, com base em estudo já finalizado pelo GIZ e MMA. Manifestou ressalvas negativas quanto ao IBAMA por não apresentar o relatório nas reuniões do Ministério da Pesca. Lembrou que, na portaria 445/2014, espécies ornamentais foram retiradas da lista de ameaçadas por planos de gestão, pois o problema não era a pesca, e sugeriu que, em nova publicação, haja plano que não proíba o uso nem reclassifique as espécies sem considerar o estudo feito. Em sinalização positiva, **Sandra Silvestre (SNPI)** registrou a recomendação de **Felipe Weber (ABLA)**.

10. Apresentação da Portaria Interministerial da Gestão Compartilhada

10.1. Com a palavra o suplente, **Roberto Galluci (MMA)** afirmou que a gestão compartilhada é uma escolha do governo atual, que recriou o Ministério da Pesca e Agricultura (MPA) e implementou essa gestão junto ao MMA. Ele destacou que, nos últimos 20 anos, a pesca no Brasil sofreu com instabilidade, falta de recursos e fragilidade nos monitoramentos. Apesar disso, a Rede Pesca Brasil e os Conselhos de Pesca e Gestão (CPGs) seguem ativos, embora precisem de atualização. Um grupo de trabalho entre MPA e CPGs tem desenvolvido uma proposta para regulamentar a gestão compartilhada, baseada na lei 14.600 e recomendações da FAO, visando decisões mais ágeis e consensuais. A proposta reforça o uso de informações técnicas, participação social, e instrumentos como Probordo, PREPS e rastreabilidade. Também prevê criar um Núcleo de Gestão Compartilhada para planejar medidas prioritárias e aprimorar normas, valorizando conhecimento tradicional e promovendo cooperação entre Estado e sociedade, com foco no desenvolvimento sustentável e equilíbrio social. **10.2.** Com a palavra, **Secretaria Nacional de Bioeconomia Carina Pimenta (MMA)** informou que, do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, todos esses pontos estavam consensuados com o MPA. Ela ressaltou que, do ponto de vista procedimental, na semana seguinte haveria uma reunião interna no Ministério do Meio Ambiente para discutir esse modelo de gestão com os diferentes órgãos da pasta. Finalizou dizendo que, depois disso, o processo seguiria sem maiores delongas para a etapa de publicação. **10.3. Adriana Toledo, Secretária - Executiva do CONAPE**, abriu a plenária para que os membros fizessem suas considerações. Com a palavra o membro titular, **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)** disse que o Pró Estoques não é contra o Pró Espécies, mas quer integrar melhor as ações, especialmente na avaliação de estoques, hoje sem respaldo jurídico, com pouco diálogo entre órgãos e dados precários. Citou a perda do Instituto Nacional de Pesquisa Pesqueira e defendeu criar um instituto com orçamento próprio. Lembrou que só 5% das espécies ameaçadas são contempladas e pediu mais atenção à avaliação de estoques na regulamentação, com recursos, especialistas e liderança do MPA. Em sua intervenção, **Agnaldo Hilton dos Santos (PESCA BR)** apontou como principal dificuldade a demora do MPA em finalizar demandas repassadas pelo GTC, criticando a lentidão da FUNJU em concluir processos. Citou o caso da sardinha do sudeste-sul, que, mesmo aprovada tecnicamente, está parada, causando insegurança jurídica. Defendeu que as pautas principais precisam ter processos claros e prazos definidos para garantir sua conclusão. Após, **Gilberto Sales (MMA)** explicou que a minuta trata só da gestão compartilhada e que outra norma está sendo preparada para fortalecer os CPGs, principais fóruns da pesca no Brasil. Destacou o esforço para ampliar a participação de pesquisadores no GTC e o planejamento de revisões anuais para evitar atrasos, reforçando os CPGs. Sobre a sardinha, disse que falta aprovação final no CPG. Por fim, mencionou sua tese sobre gestão pesqueira, reconheceu as dificuldades históricas por instabilidade e falta de técnicos, mas afirmou que o foco atual é criar uma base jurídica sólida para garantir continuidade, com apoio do MPA, mesmo diante das mudanças políticas.

11. Apresentação da Ações do Comitê de Conformidade do Pescado Nacional

11.1. Com a palavra membro titular, **Agnaldo Hilton dos Santos (PESCA BR)** Presidente do Comitê destacou a importância de discutir pautas relevantes no conselho e com o ministro, focando na

conformidade. Apresentou o Comitê de Comunidades do Pescado Nacional, que realizou quatro reuniões para definir a estratégia 2025-2026, envolvendo o Ibama. Mencionou a apresentação do Programa Nacional de Ação das Embarcações de Pesca, com cronograma especialmente para Santa Catarina, e a preocupação com a biomassa capturada. Ressaltou a situação crítica da pesca no Sul e o foco em melhorias para 2026. Na segunda reunião ordinária, debatidas parcerias, rastreabilidade e aprovadas sugestões para ampliar o comitê. Citou a participação de várias entidades e a importância do censo pesqueiro. Por fim, destacou ainda discussões sobre o RGP e seguro-desemprego, e afirmou estar em contato constante com CONAPE e o ministro para apoiar o setor.

11.2. Com a palavra, **José Luis diretor da Secretaria Nacional da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva (SNPI/MPA)** destacou a importância de abranger toda a cadeia do pescado na conformidade, reconheceu avanços nas reuniões para identificar problemas e defendeu a busca por soluções contra pesca ilegal, fraudes e irregularidades, propondo melhorias legais e fiscalização junto ao CONAPE, ministérios e MMA. **11.3.** Com a palavra, a **Secretária-Executiva do CONAPE, Adriana Toledo**, agradeceu a apresentação e passou a palavra aos demais membros, abrindo a discussão na plenária sobre o tema. Com a palavra o membro suplente, **Maxuel José (Conttmaf)** ressaltou a importância de retomar pautas antigas, como a atualização da portaria 445, e alertou sobre o descarte de pescado e entrada ilegal de espécies do Uruguai. Ele ainda, destacou a necessidade de preservar os recursos para o futuro e se ofereceu para mostrar a realidade da pesca industrial ao CONAPE ou Ministério da Pesca. Explicou que, na pesca com redes de arrasto, espécies proibidas acabam mortas e propôs usar esses descartes para combater a fome. Por fim, pediu revisão de questões antigas antes de criar leis e defendeu maior controle com apoio da defesa industrial.

12. Apresentação das Ações do Comitê de Competitividade da Tilapicultura

12.1. Com a palavra o membro titular, **Francisco Medeiros (PEIXE BR)** Presidente do Comitê, afirmou que o Comitê de Competitividade da Tilápia é focado nas questões relacionadas à competitividade da tilápia brasileira. Ele explicou que estão na fase inicial de diagnóstico, que envolve duas linhas de ação: o levantamento de toda a regulamentação para produção, processamento e comercialização da tilápia no Brasil — incluindo regulamentos municipais, estaduais e federais — com o objetivo de facilitar a redução desses entraves e melhorar a competitividade; e a identificação dos fatores que impactam essa competitividade e as ações necessárias para aprimorá-la. **Francisco Medeiros (PEIXE BR)** mencionou que a coordenação desse trabalho está a cargo da Aquabio, representada no CONAPE, que também é associada à Peixe BR. Por fim, ele explicou que, após essa fase de diagnóstico, virá a etapa do plano de ação e encerrou sua fala destacando que era apenas uma breve atualização sobre o andamento do trabalho.

13. Apresentação das Ações do Comitê de Competitividade da Carcinicultura

13.1. Com a palavra, **Luciene Mignani** Diretora da **Secretaria Nacional de Aquicultura (SNA/MPA)** cumprimentou os membros do CONAPE e agradeceu a **Adriana**, parabenizando o presidente do comitê, o Sr. **Itamar de Paiva (ABCC)**, e o **Coordenador Técnico Alberto Furtado** pelo trabalho na criação do Comitê de Competitividade da Carcinicultura. Ela participou da primeira reunião ordinária do comitê, no dia 12, onde foi apresentada como secretária do grupo. Luciene destacou a importância estratégica do comitê para promover o desenvolvimento sustentável da carcinicultura, focando em regularização ambiental, agregação de valor, abertura de mercados e acesso a crédito. Em nome do doutor **Itamar de Paiva (ABCC)**, mencionou que a primeira pauta foi o projeto de lei 4808, que propõe alterar o conceito de restinga, fixando uma faixa mínima de 300 metros da linha de pré-maré máxima, **Luciene Mignani (SNA/MPA)** informou que o Ministério da Pesca pediu manter a redação atual do Código Florestal para proteger carcinicultores, e o comitê elaborará documento técnico e buscará apoio parlamentar contra mudanças no projeto de lei 4808. Também solicitarão ao Conselho Monetário Nacional e bancos revisão das normas de financiamento para incluir o camarão cultivado como garantia. O comitê trabalha com MDA, MDS e ANA para facilitar financiamentos e desonerar o uso da água na carcinicultura, tema em discussão no Ministério do Meio Ambiente. Além disso, pedem à ANEEL a inclusão permanente dos carcinicultores na tarifa especial de energia sem exigir licenças ambientais. Essas pautas estão em andamento e bem recebidas.

14. Lançamento do Comitê de Pesca Amadora e Esportiva

14.1. Com a palavra, **Sandra Silvestre** diretora da **Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva (SNPI/MPA)** explicou que o Comitê da Pesca Amadora Esportiva, de caráter consultivo, foi criado no CONAPE para assessorar a gestão dessa modalidade, visando sustentabilidade e torná-la referência internacional. O comitê proporá diretrizes, incentivará pesquisas, monitorará políticas públicas, fortalecerá eventos e promoverá inclusão social e respeito aos povos tradicionais. Terá pelo menos três reuniões anuais, presidência eleita pelo ministro com mandato de dois anos, e poderá formar grupos temáticos temporários. A instalação será em 7 de julho, seguida da publicação da portaria e da primeira reunião oficial. Por fim, **Sandra Silvestre** ressaltou que o comitê reforçará a governança participativa e políticas eficazes para o setor. **14.2.** Com a palavra, **Adriana Vilela Toledo, Secretária-Executiva do CONAPE**, agradeceu a **Sandra Silvestre (SNPI)** e disse que já haviam concluído as indicações dos membros titulares e suplentes das instituições que manifestaram interesse. Informou ainda que, no dia anterior, haviam encaminhado a relação para que pudessem convocar para a reunião do dia 7. Em seguida, **Fernando Bosisio (Instituto Peroá)** explicou que, nos dias anteriores, a diretoria inteira esteve envolvida em uma ação de campo, o que impediu o envio do ofício confirmando o interesse na participação do comitê. Ele mencionou que **Sandra Silvestre** havia cobrado bastante esse envio ontem e anteontem e, por isso, questionou se ainda seria possível encaminhar o documento ou se a composição do comitê já estava totalmente definida. Em resposta, **Adriana Toledo** sugeriu que a secretaria do comitê já incluísse o Instituto Peroá e o convocasse para a reunião do dia 7. Em seguida, **Adriana Toledo** informou ao Carlos Leite que a instituição tem um representante indicado ao Comitê da Pesca Amadora e Esportiva. Em sua intervenção, **Régis Portari (CBPE)** iniciou agradecendo imensamente ao Ministério da Pesca e à **Secretária-Executiva do CONAPE, Adriana Toledo**, pelo empenho na criação do comitê, destacando a importância desse passo dado. Ele agradeceu também a todos os membros do Ministério e às instituições que se inscreveram, reconhecendo a colaboração de todos para que, no dia 7 de julho, o comitê seja oficialmente criado. Após, **Adriana Vilela Toledo, Secretária-Executiva do CONAPE**, agradeceu a participação de todos e esclareceu que o comitê já está criado. Por fim, a Secretária-Executiva explicou que a reunião do dia 7 definirá a possível inclusão de novos membros, a publicação da lista oficial e a escolha da presidência, ressaltando que o ministro tem dado autonomia aos comitês nessas decisões, apesar das questões legais.

15. Apresentação das Ações do GT para Realização da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca

15.1. Com a palavra membro titular, **Dárlcio Inácio (SBFic)**, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Ficologia (SBFic), Coordenador do GT, explicou que o grupo de trabalho foi criado para elaborar uma proposta da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, realizando oito reuniões para discutir as áreas finalísticas e o andamento das ações. Em seguida, ele informou que o grupo avaliou o planejamento das conferências anteriores em relação ao que foi realizado, gerando um relatório do Ministério da Pesca e Aquicultura com 47 entregas, sendo 70% finalísticas e 30% institucionais, focadas em sustentabilidade, inclusão sociocultural e desenvolvimento econômico. Adiante, o coordenador do GT citou a consultoria da Oceana Brasil, que mostrou que apenas 10% a 15% das 667 propostas das três primeiras conferências foram atendidas, e disse que foi apresentado dados atualizados do Plano Nacional de Pesca Artesanal, com eixos e diretrizes definidos para várias regiões. Em seguida, **Dárlcio Inácio (SBFic)** destacou apresentações das secretarias finalísticas, evidenciando a conexão entre as ações atuais e o planejamento futuro do setor. Posteriormente, **Dárlcio Inácio (SBFic)** destacou que secretarias apresentaram diferentes níveis de planejamento, com avanços na pesca artesanal e amadora esportiva, mas ainda há lacunas e desafios e informou que o GT propõe a realização da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca para fortalecer políticas e segurança jurídica, focando em temas prioritários e transparência. Por fim, o coordenador do GT recomendou uso de tecnologia da informação e ao menos uma reunião presencial para melhor organização e acompanhamento do setor.

15.2. Com a palavra, **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)** elogiou o Ministério da Pesca pelo trabalho consolidado e sugeriu uma conferência mais focada, destacando o Fórum da Pesca Artesanal como modelo a ser aprofundado. Adiante, reconheceu que, apesar dos avanços, ainda há lacunas por resolver e desafios devido à estrutura limitada. Em seguida, defendeu fortalecer o Ministério com planejamento contínuo e tratar recursos pesqueiros como política de Estado. Por fim, propôs parceria contínua com o CONAPE e uma reunião presencial para definir a metodologia da próxima conferência. **Ajax Tavares (Confapesca)** elogiou o trabalho do grupo e a organização da conferência, destacando a união das entidades pela pesca. Em seguida, citou o Fórum Nacional da Pesca como modelo estruturado e reforçou a necessidade de compromisso para fortalecer o Ministério da Pesca como política de Estado, garantindo sua continuidade. Adiante, anunciou a aprovação do Plano Nacional da Pesca Artesanal com validade de

10 anos e defendeu uma reunião presencial para aprofundar debates e definir diretrizes eficazes. Em sua intervenção, **Felipe Weber (ABLA)** destacou que a primeira etapa do grupo de trabalho foi essencial para compreender as ações do Ministério nas três primeiras conferências. Em seguida, ele ressaltou a importância de considerar o lapso temporal, observando que as demandas antigas mudaram com o avanço tecnológico, como a digitalização de sistemas antes presenciais. Informou ainda que muitas demandas já estão atualizadas, e o grupo busca organizar uma conferência que alcance resultados concretos. **Felipe Weber (ABLA)** ressaltou a importância de fortalecer institucionalmente o Ministério, evitando mudanças frequentes de endereço que comprometem o atendimento, e defendeu uma conferência com ampla participação e acompanhamento efetivo dos resultados, para que as decisões saiam do papel e sejam implementadas de fato. Por fim, **Felipe Weber (ABLA)** pontuou que, apesar das frequentes mudanças de ministros no Ministério, é fundamental que quem assumir a pasta no futuro siga o plano estabelecido pela conferência, em vez de criar um plano novo a cada gestão. **Elizeu de Brito (FAEP BR)** elogiou a equipe principal e o trabalho avançado do fórum da pesca artesanal, que servirá como base para a conferência de pesca e aquicultura. Destacou a necessidade de aprofundar detalhes e aprimorar redações. Posteriormente, reforçou a importância do apoio da indústria da aquicultura para assegurar metas duradouras e a continuidade do plano aprovado, independentemente de mudanças governamentais. Por fim, colocou-se à disposição para colaborar junto à federação de pesca e à CBPA. Em sua fala, **Adriana Toledo** destacou que o maior desafio do Ministério da Pesca é a descontinuidade das políticas públicas e a falta de recursos. Enfatizou a importância de envolver todos os setores para fortalecer o órgão e garantir financiamento. Em nova intervenção, **Bailon (Aoceano)** destacou a fragilidade política do setor e a ausência do fórum parlamentar da pesca em reunião anterior, reforçando a necessidade de fortalecer a pesca em todas as esferas e criar uma bancada no Congresso. Adiante, sugeriu um painel sobre política na conferência para marcar avanços e elogiou a organização e condução do grupo por **Dárlcio Inácio (SBFic)**. Por fim, **Adriana Toledo**, sugeriu que a definição dos próximos passos do GT não deve ser feita no plenário atual, mas sim na próxima reunião do GT, para garantir continuidade e planejamento adequados.

16. Apresentação das Ações do CONAPE na Comissão Nacional de Bioeconomia

16.1. Com a palavra, o membro representante do CONAPE **Carlos Eduardo (Conepe)** informou que a reunião extraordinária sobre bioeconomia teve como foco principal os biocombustíveis, apesar da ausência do esclarecimento do Ibama. O Plano Nacional de Bioeconomia, em consulta pública, possui cinco pilares e o governo conduz o plano buscando colaboração de atores como o CONAPE, mas aceita poucas mudanças no rumo já definido. Adiante, **Carlos Eduardo (Conepe)** comentou que o plano usa termos específicos, como "futuro reprodutiva", e possui pouca flexibilidade, embora não contrarie os princípios da pesca e aquicultura. Ele destacou que o plano tem visão ampla, incluindo artesanato e extrativismo vegetal, com forte base científica e participação de especialistas renomados. Em seguida, o representante do CONAPE destacou que a Sociedade Brasileira de Ciência é muito influente no contexto do plano de bioeconomia. Ele mencionou que o grupo está em processo de aprendizado e que em breve fará uma apresentação mais concisa do plano. Cadu também informou que já conversou com a secretária **Carina Pimenta (MMA)** para que membros da equipe mais envolvidos possam apresentar o plano ao grupo. **16.2. Adriana Vilela Toledo, Secretária-Executiva do CONAPE**, destacou a importância de compartilhar com os membros do grupo as consultas do plano de bioeconomia, que estão sendo feitas por eixos, para que cada um contribua conforme sua afinidade. Por fim, reforçou que o conselho está aberto para receber documentos e orientar os membros sobre como participar.

17. Apresentação das Ações do CONAPE no GT CONAMA – Revisão da Resolução 413/2009

17.1. Com a palavra, membro representante do CONAPE **Felipe Weber (ABLA)** informou que o grupo revisa a Resolução CONAMA 413, que regula o licenciamento ambiental da aquicultura (exceto carcinicultura). A revisão inclui novos conceitos, classificação por porte e licenciamento simplificado para sistemas fechados e integrados, com etapas diferenciadas conforme o tipo de cultivo, e exige manifestação do MPA para empreendimentos em águas públicas da União. Posteriormente, **Felipe Weber (ABLA)** explicou que houve avanços na simplificação da regularização da aquicultura, como a dispensa da regularização da área de apoio em terra para obtenção do exame ambiental e a criação de um novo termo para facilitar a regularização de pequenas culturas. Destacou ainda mudanças na classificação do porte da piscicultura, um anexo específico para organismos como peixes ornamentais e que o grupo está elaborando justificativas com base em cálculos e metodologia unificada para apresentação ao CONAMA. Continuando sua intervenção, **Felipe Weber (ABLA)** explicou que estão elaborando uma "memória de

cálculo” que servirá no futuro para mostrar como chegaram aos números apresentados. Complementando, ele disse que isso será feito de forma separada para cada segmento. Informou que aguardam a prorrogação do Grupo de trabalho, cuja portaria já se encerrou, e que têm uma reunião agendada com o presidente da Câmara Técnica do CONAMA para o dia 8 de julho. Com a prorrogação, pretendem dar andamento às plenárias internas, para depois apresentar o relatório na Câmara Técnica e, posteriormente, na plenária, buscando a validação e aprovação necessárias para revisar a Resolução 413.

17.2. Com a palavra o membro suplente, **Enox Maia (ABCC)** agradeceu a **Felipe Weber (ABLA)** pela apresentação e fez três questionamentos: se as definições sobre os portes dos empreendimentos já estão estabelecidas, por produtividade ou produção; por que a carcinicultura não está contemplada na Resolução 413; e qual foi a abordagem usada para definir os critérios de classificação dos produtores (micro, pequeno, médio e grande), observando que o microprodutor não parece estar incluído na proposta e pediu explicações sobre como ele poderia ser inserido. **Felipe Weber (ABLA)** respondeu que a carcinicultura não está contemplada na revisão da Resolução 413 porque já possui uma resolução específica. Adiante, disse que o grupo foi convidado a revisar somente a 413, e atualmente a carcinicultura não está sendo discutida nos debates sobre limites. Quanto à tabela de classificação por porte, eles estão focados em manter o que já está na resolução para facilitar a aprovação, mas estão elaborando memórias de cálculo para justificar as três categorias atuais (pequeno, médio e grande porte). Adiante, **Felipe Weber (ABLA)** também se comprometeu a levar para a plenária do CONAMA a sugestão de incluir o microprodutor, reconhecendo que essa é uma realidade diferente e que pode ser discutida para criar uma faixa na tabela. Em nova intervenção, **Enox Maia (ABCC)** questionou sobre como a proposta trata associações e cooperativas, perguntando se a aglomeração de muitos pequenos ou microprodutores em uma cooperativa os classificaria como uma grande instituição sujeita a regras ambientais mais rígidas, ou se há algum balizamento diferenciado específico para essas entidades na proposta. **Felipe Weber (ABLA)** respondeu que o tema das associações e cooperativas não foi debatido nas reuniões, mas que levará a questão para discussão. Ele explicou que a licença ambiental é individual e vinculada à região onde o produtor realiza a atividade, mesmo que faça parte de uma cooperativa. A licença considera a área e a lâmina d'água usadas individualmente pelo produtor, sem somar a produção de todos. A cooperativa atua na comercialização, não na produção, e cada produtor precisa regularizar sua atividade de forma independente, não sendo possível uma licença única para múltiplos locais ou propriedades. Por fim, **Enox Maia (ABCC)** destacou que existem cooperativas formadas por pessoas físicas e sugeriu que o grupo dê uma atenção especial a esse aspecto, pois pode ser importante aprofundar a discussão sobre como essas cooperativas devem ser tratadas na regulamentação. Em seguida, **Adriana Vilela Toledo, Secretária-Executiva do CONAPE**, recomendou que os representantes do conselho nos colegiados mantenham diálogo constante, alinhando-se coletivamente e envolvendo as áreas técnicas do Ministério para garantir posicionamentos coerentes. Destacou ainda a importância do GTA, ressaltando o papel ativo do MPA e a necessidade de apoio técnico especializado para fortalecer a atuação nos debates.

18. Apresentação das Ações do CONAPE no Fórum Interconselhos

18.1. Com a palavra, membro representante do CONAPE **Ajax Tavares (Confapesca)** relatou sua participação na segunda reunião virtual do Fórum Interconselhos, em que foram reavaliados 88 programas ministeriais e discutida a revisão do PPA, com propostas como o plugue animal. Destacou que a SEPLAN consolidou 356 sugestões, incorporando mais de 224 ao plano, e mencionou o debate sobre o programa Brasil 2050, cuja consulta pública segue aberta até 31 de maio. **Ajax Tavares (Confapesca)** relatou que, no Fórum Interconselhos, foram definidos valores prioritários para o Brasil em 2050 — democracia, diversidade, justiça social, sustentabilidade ambiental e participação social — além de desafios como combater a desigualdade, melhorar a educação e erradicar a pobreza, destacando ainda potencialidades como biodiversidade, saúde básica, estabilidade econômica e energia renovável. Segundo **Ajax Tavares**, o processo visa analisar o presente, o passado e projetar o futuro do país, estabelecendo escolhas estratégicas. Também foi aprovada uma moção de desagravo em apoio à ministra Marina e a uma ministra do STJ, reafirmando o respeito às autoridades.

18.2. Com a palavra, o membro representante do CONAPE **Elizeu Augusto de Brito (FAEP BR)** destacou a discussão sobre a transição do setor pesqueiro para energia limpa. Observou que a pesca industrial já possui projetos, enquanto a artesanal, especialmente no Norte e Amazônia, ainda precisa de iniciativas. Em seguida, ressaltou a necessidade de renovar a frota artesanal, com modelos em análise para facilitar financiamentos, melhorar a qualidade de vida dos pescadores e incluir mulheres. Por ser uma atividade de alto risco, a inclusão de pessoas com deficiência ainda não avançou, priorizando as mulheres pela

sua visão sustentável. Adiante, **Elizeu Augusto (FAEP BR)** elogiou o trabalho pioneiro do IF de Acaraú, com equipe feminina na pesca, e destacou o cuidado do Ministério com o setor, que conta com apoio total após aprovação no Fórum Interconselhos. Ele relatou ainda iniciativas para renovar a frota, melhorar a vida dos pescadores, regularizar atividades, aumentar a produtividade e fortalecer a segurança alimentar, ressaltando o peso político e econômico do Ministério. Sobre aquicultura, disse que o tema foi tratado brevemente por falta de conhecimento, mas reconheceu sua importância sustentável. Concluiu aguardando propostas para revisão.

19. Informes Gerais

19.1 Adriana Vilela, Secretária-Executiva do CONAPE, falou sobre a criação de um Painel de acompanhamento em construção para documentar e organizar as informações do conselho, facilitando o trabalho futuro. Adiante, ela destacou as dificuldades desde 2015 para acessar documentos antigos e a importância de registrar tudo detalhadamente na nova gestão para garantir continuidade. Em seguida, ela informou que o acesso ao Painel será disponibilizado a todos os envolvidos, e que está aberto a sugestões e que enviará o link ao grupo para facilitar o acesso e solicitações de atualização. Por fim, ela informou que, embora os documentos também estejam no site do Ministério, o Painel visa tornar a consulta mais fácil. Em sua intervenção, **Felipe Weber (ABLA)** comentou que já existe um Painel do CPGs no site do Ministério, que funciona de forma semelhante ao Painel apresentado. Em seguida, ele explicou que, dentro das atas de reunião, estão disponíveis todas as apresentações em PDF, documentos que circularam na reunião e links relacionados. Por fim, **Felipe Weber (ABLA)** sugeriu que seria interessante organizar o Painel separando o conteúdo por reunião, colocando tudo dentro para facilitar o acesso. Posteriormente, **Adriana Vilela, Secretária-Executiva do CONAPE**, informou que vai organizar as apresentações no Painel, com uma aba por reunião reunindo atas e materiais, além de criar um link único por encontro, seguindo sugestão de **Felipe Weber (ABLA)**. Agradeceu as contribuições e abriu espaço para outros temas. **Enox Maia (ABCC)** destacou a importância de um Ministério forte e defendeu uma política de Estado para o setor, sugerindo um programa nacional aprovado pelo Congresso, como ocorre no agronegócio. **Enox Maia (ABCC)** informou que a falta de diretrizes claras para seleção de espécies e pediu um plano macro com pesquisa e financiamento, ressaltando o grande potencial do setor e a necessidade de visão estratégica para fortalecer toda a cadeia. **Juscelino Miguel (CBPA)** parabenizou o conselho, mas alertou para os graves riscos do artigo 71 da MP 1303/2025, que transfere aos municípios a homologação do registro dos pescadores, dificultando o acesso ao seguro-defeso e expondo o processo a politização e fraudes. Considerou a medida inconstitucional e defendeu mobilização urgente do setor para dialogar com o governo e o Congresso. **Ajax Tavares (Confapesca)** argumentou negativamente sobre MP por restringir direitos dos pescadores em um texto de tributos, chamando o artigo de “penduricalho” político que amplia a politização nos municípios. Defendeu urgência do conselho em dialogar com o Congresso para reverter o problema, cobrou fiscalização rigorosa nas entidades e que o RGP contemple só quem pesca de fato. Também apontou desigualdade no Plano Safra, sugerindo que o conselho discuta o tema para garantir tratamento justo a todos os pescadores. **Carlos Eduardo Villaza (Conepe)** destacou a importância do viés industrial da pesca e aquicultura e a necessidade de embasamento legal para o setor, defendendo a criação de uma lei. Ele mostrou preocupação quanto ao sistema tributário disfuncional e o excesso de pescadores cadastrados no Maranhão, ressaltando o alto custo do seguro-defeso, cerca de 6 bilhões de reais. Concordou com Ajax sobre a urgência de uma posição consensual no conselho e a necessidade de apoio ao Ministério para organizar o registro, que está descontrolado e eleva os custos. Enfatizou a responsabilidade pública e pediu que os pescadores fiscalizem os cadastros incorretos. **Adriana Vilela (CONAPE)** enfatizou a necessidade de mobilizar atores estratégicos para fortalecer o MPA e as políticas de pesca, explicou que o presidente da Frente Parlamentar e das comissões não puderam participar da reunião por compromissos, sugerindo reenviar o convite para a próxima. Concordou com Juscelino e destacou a preocupação de Socorro sobre o artigo 71 da MP 1303, registrando suas sugestões para encaminhamentos. **Clóvis Amorim da Silva (CONFAESPA)** defendeu que órgãos como o Ministério e a Procuradoria do Trabalho identifiquem e cadastrem oficialmente as organizações legítimas dos pescadores, garantindo um cadastro confiável e fiscalização eficaz, e pediu definição clara de quem lidera esse processo para evitar politicagem e prejuízos ao setor. **Aginaldo Hilton dos Santos (PESCA BR)** pediu fortalecimento dos pescadores, vínculo com INSS e Ministério do Trabalho, e ações urgentes para garantir seguro-desemprego, além da revisão das políticas do setor. **Adriana Vilela (CONAPE)** agradeceu as contribuições de todos e deu continuidade à leitura e à construção dos encaminhamentos.

20. Encaminhamentos

20.1 A Secretaria Executiva do CONAPE, Adriana Toledo, informou que foram discutidos e definidos vários encaminhamentos, que foram registrados para acompanhamento. Ao final, foi solicitado que os participantes revisassem os pontos e acrescentassem informações ou levantassem divergências, se necessário.

20.2 Encaminhamentos e Recomendações dos Membros

1. Criar uma Comitê para o uso compartilhado do mar (Bailon);
2. Encaminhar do Ofício do CONAPE (CONEPE); (Encaminhar à Casa Civil, documento CONAPE em agradecimento ao Decreto 12.336/24, buscando, entretanto, sensibilidade para ampliar a abrangência das concessões anunciadas para processos ambientais, pois fica evidente que houve o reconhecimento de lacunas e fragilidades no Preps, e portanto, a sustentação de sanções seja no âmbito administrativo ou ambiental fica inconsistente e injusto. Há um enorme passivo insolúvel e, nos moldes do que foi feito com o passivo pesqueiro, as autuações feitas com base neste sistema estão repletas de vícios e sem aferição técnica.
3. Aprovada Carta lida pela Aoceano sobre o Pró-estoque;
4. Criar com urgência um GT Pró-estoque;
5. Encaminhar Minuta da Norma Pró-estoque (Sermop) - Catarina;
6. Reunião extraordinária com a presença do Ibama e MMA para tratar tema da NDF do Tubarão Azul (diagnóstico) e Dop (corvina) e outros temas; (Levantar as demandas levantadas nas reuniões do CONAPE e que dependam do MMA e IBAMA para agendamento de uma reunião extraordinária para tratar os temas pendentes); aeroportos.
7. Partilhar ofício reposta do Ibama sobre o DOP (mandar ofícios resposta para todos os membros);
8. Encaminhar ofício ao MMA solicitando agilidade quanto ao Comitê de Espécies Ameaçadas;
9. Encaminhar memorando Brasil/Chile e solicitar contribuições;
10. Inclusão dos peixes ornamentais na discussão de protocolos sanitários com a China (Pesca Extrativista).
11. Consultar conselheiros para colaboração da agenda COP30.
12. CONAPE apoiar os produtos enlatados de pescado (sardinha) na cesta-básica; Acompanhamento pela ASPAR da tramitação.
13. Disponibilizar documento que não há lista de espécies para exportação para China Jose Luiz – SNPI.
14. Oficializar ao MMA para disponibilizar os estudos com relação à espécie *Potamotrygon leopoldi* para que possamos contrapor a reavaliação do estado da conservação da espécie com base em dados oficiais, cobrando posicionamento dos encaminhamentos da reunião do CPG Ornamentais.
15. Solicitar uma reunião imediata do CONAPE com o Relator da MP 1303 (Ajax).
16. Preparar com urgência uma exposição de motivos e encaminhar à Presidência da República contra a MP 1303, art. 71. (CBPA, Confapesca, Faep, etc)
17. Realizar reunião específica para discutir alternativas para coibir possíveis fraudes no RGP, cruzar com o Sisob.
18. Pautar as regras do Plano Safra para pescadores artesanais (Ajax).
19. Trazer para a pauta dos PL 4470/2024 e 4789/2024 para discutir a posição do MPA. Discutir com os relatores.
20. Convidar novamente a Frente Parlamentar e o presidente das comissões da Câmara e do Senado.
21. Organizar uma reunião com o Secretário André Siciliano (SRI) para acompanhar as pautas de pesca e aquicultura que tramitam na Câmara e no Senado
22. Disponibilizar a lista de e-mails dos membros da Comissão e Frente parlamentar de pesca e aquicultura para os membros do CONAPE fazer gestões de fortalecimento da pesca e aquicultura
23. Solicitar a realização de uma reunião presencial do GT da Conferência
24. Apresentar os recursos disponíveis para realização da Conferência

21. Encerramento

21.1. A reunião foi encerrada pela **Secretária-Executiva do CONAPE, Adriana Toledo**, que iniciou sua fala expressando gratidão pela presença de todos na 44ª Reunião do CONAPE.

--